



Nº 1136 - Semanal  
0,50 €

10 Janeiro 2002

# ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvinio Gomes da Silva  
Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao) E-mail [accao.socialista@partido-socialista.pt](mailto:accao.socialista@partido-socialista.pt)



Em eleições directas e universais, os militantes do PS escolhem, nos próximos dias 18 e 19, o seu novo secretário-geral. Ferro Rodrigues e Paulo Penedos são os dois candidatos que se apresentaram a disputar a liderança do partido. Paulo Penedos já disse que só concorre ao lugar de secretário-geral e não ao de primeiro-ministro. As moções de orientação política que o «Acção Socialista» publica integralmente nesta edição, em separata, definem a estratégia que cada um pretende seguir no caso de ser eleito. Os dados estão lançados, cabendo agora aos mais de 121 mil militantes procederem à escolha que, em consciência, melhor sirva os interesses do partido e do País.

## MILITANTES ELEGEM NOVO SECRETÁRIO-GERAL

### EURO

#### PORTUGAL NO CENTRO DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA

Com a entrada em circulação do euro em doze países independentes e soberanos que decidiram livre e pacificamente substituir as suas moedas pelo euro, foi dado um passo de gigante na construção europeia. ▶ Página 17

### COMUNIDADES/CANADÁ

#### CAIO ROQUE ACREDITA QUE PS VAI GANHAR PRÓXIMAS ELEIÇÕES

▶ Página 12

### ENTREVISTA A JOSÉ ERNESTO

#### UMA NOVA AMBIÇÃO PARA ÉVORA

A preservação do ambiente, da paisagem, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento das infra-estruturas, a implementação de políticas que ajudem à fixação das pessoas na capital do Alto Alentejo constituem as prioridades de José Ernesto, o novo presidente da edilidade eborense, que em entrevista ao «Acção Socialista», no dia da sua tomada de posse, confidenciou que trocava definitivamente a medicina pela política. ▶ Página 10



SEG.

**Entrada em circulação do euro. O ano novo trouxe uma moeda nova à Europa e também a Portugal. Graças à determinação do Governo socialista em cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento, Portugal integrou desde o início a zona euro.**

TER.

**Iniciou-se a campanha interna dos dois candidatos ao cargo de secretário-geral do PS.**

QUA.

**Portugal assumiu a 1 de Janeiro a presidência da OSCE – Organização para a Cooperação e Segurança na Europa, tendo definido como prioridade o combate ao terrorismo.**

QUI.

**Tomaram posse os novos órgãos municipais saídos das eleições autárquicas do passado dia 16 de Dezembro.**

SEX.

**A conferência de líderes parlamentares deliberou não proceder a quaisquer agendamentos nem proceder à marcação de sessões plenárias face à iminente dissolução da Assembleia da República.**

SÁB.

**Teve início o semestre da presidência espanhola da União Europeia. A prioridade vai outra vez para o combate ao terrorismo internacional.**

DOM.

**Na Fundação Mário Soares debateu-se o futuro do Tribunal Internacional Penal.**

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



ELEIÇÕES

# SOCIALISTAS FARÃO CAMPANHA LIMPA

António Costa, Paulo Pedroso e António José Seguro são os camaradas que Ferro Rodrigues escolheu para seus colaboradores mais próximos. Todos eles são ministros e correspondem a uma nova geração de quadros do Partido Socialista.

Com provas dadas de eficácia, qualidade e competência, António Costa é o responsável pela elaboração do Programa de Governo, Paulo Pedroso desempenha as funções de porta-voz e António José Seguro tem como tarefas a coordenação geral da campanha.

Em declarações à Comunicação Social, Paulo Pedroso definiu como baliza de campanha a lisura de procedimentos.

Uma das questões que tem animado a discussão política prende-se com a participação de António Guterres na campanha eleitoral. Sobre esta matéria, o porta-voz da candidatura de Ferro Rodrigues disse que o esquema da eventual participação do actual secretário-geral será acertado entre os dois.

Confrontado com o grau de intervenção que o líder cessante do PS terá na campanha eleitoral para as legislativas, Paulo Pedroso declarou que esta matéria não está a ser

equacionada por nenhum dos responsáveis do partido.

«Essa é uma questão que ainda vem longe, mas lembro que o PS é um partido que sabe fazer boas sínteses», respondeu o ainda ministro do Trabalho.

Pedroso lembrou igualmente as posições que têm sido assumidas por Ferro Rodrigues, afirmando que este já disse que «se orgulha do que fez nestes seis anos de Governo, mas também que é solidário nos erros cometidos» nesse mesmo período.

Entretanto, Paulo Pedroso garantiu igualmente que os socialistas farão uma campanha eleitoral sem recurso a ataques pessoais, correspondendo aos «apelos do Presidente das Repúblicas».

O porta-voz de Ferro Rodrigues respondeu assim às acusações feitas por dirigentes laranja logo após ter sido apresentada a moção «Renovar a Maioria».

De acordo com o ministro do Trabalho, o PSD «mais uma vez tenta usar a ofensa pessoal como arma política».

«O PS recusará o modelo de fazer política nesta base», porque continuará a apresentar soluções para o País», frisou Paulo Pedroso.



EDITORIAL

# NOVA ACÇÃO NO «ACÇÃO»

Tal como foi prometido iniciámos hoje uma nova fase da vida do «Acção Socialista», com o propósito de o tornarmos num jornal necessário para os militantes e simpatizantes do Partido Socialista.

Trabalhámos, com os poucos recursos que temos, para transformar o «AS» num jornal atractivo, quer quanto ao seu grafismo quer quanto ao seu conteúdo.

Um aspecto gráfico moderno que facilite a leitura e que por essa via o torne apelativo.

Um conteúdo diferente que privilegie a informação e a divulgação da actividade dos socialistas e do que mais significativo acontece no mundo.

Um conteúdo que incentive o pluralismo através do debate e da opinião livre, aberto a todos que queiram escrever.

Um conteúdo que dê a conhecer, na medida do possível, quem somos, o que fazemos e o que pensamos.

Não vão ser tarefas fáceis, já o dissemos em anteriores edições. Os poucos recursos disponíveis obrigam a militâncias que agradecemos e incentivamos.

Esta nova fase só é possível graças ao esforço de um punhado de gente, a quem expressamos os nossos agradecimentos.

O resto da história está por escrever. O nosso contributo sai às quintas-feiras, aguardamos pelo vosso, o dos leitores.

Hoje, ficamos por aqui, guardando para a semana uma explicação mais detalhada sobre os novos projectos.

A todos um excelente Ano de 2002 com uma grande vitória em 17 de Março próximo.

A DIRECÇÃO

## CONVENÇÃO NACIONAL

### CALENDÁRIO DO PROCESSO ELEITORAL

Capacidade eleitoral passiva – ser eleito – 18 meses de inscrição – 19 Julho 2000

Capacidade eleitoral activa – eleger – 6 meses de inscrição – 19 de Julho de 2001

**Até 26 de Dezembro de 2001- (Até 30 dias da Convenção Nacional)** Comissão Nacional marca a data e o local de reunião da Convenção Nacional; aprova o Regulamento e o Regimento e elege a Comissão organizadora da Convenção (COC);

**Até 4 de Janeiro de 2002- (Até 15 dias da Eleição nas secções)** Candidaturas a Secretário-Geral subscritas por um mínimo de 1000 militantes com capacidade eleitoral activa e acompanhadas de uma moção política de orientação global, deverão ser entregues à COC;

**Até 9 de Janeiro de 2002- (Até 10 dias antes da data das eleições)** Envio dos Cadernos Eleitorais, das Etiquetas dos Militantes e dos Boletins de voto;

**Até 12 de Janeiro de 2002- (Até 7 dias da Eleição nas secções)** Mesa da Assembleia Geral de envia as convocatórias do acto eleitoral para todos os Militantes de cada secção;

**18 e 19 de Janeiro de 2002- (Até 7 dias da Convenção Nacional)** Militantes elege o Secretário-Geral em todas as Secções;

**19 e 20 de Janeiro de 2002- (24 horas após afixação dos resultados das eleições em cada Assembleia Geral de Militantes)** Apresentação de recursos sob as deliberações da Assembleia Geral;

**24 horas após deliberação da COC** Recurso das deliberações da COC para a Comissão Nacional de Jurisdição;

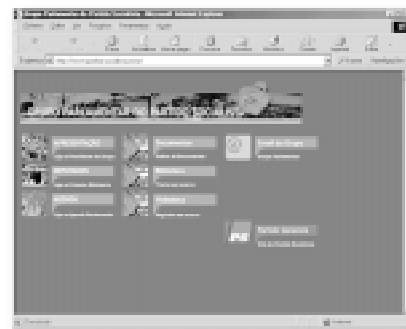
**Até três dias** – Prazo limite para deliberações de Recursos apresentados à CNJ.

CONVENÇÃO NACIONAL – COLISEU DE LISBOA – 26 DE JANEIRO DE 2002

# VISITE-NOS NA NET



## www.ps.pt



## www.partido-socialista.pt/ar

MOÇÃO

# PENEDOS CRITICA GUTERRES E QUER AINDA MAIS PRIVATIZAÇÕES

Penedos considera «penalizador para o PS que o secretário-geral faça uma leitura prévia da situação política pós-eleitoral e decida um cenário de auto-afastamento que lança o País num novo período de incerteza e instabilidade».

O candidato a líder socialista afirma que a experiência governativa do PS nos últimos anos «degenerou», que o partido «foi dispensado de participar nas decisões que mais lesaram a sua imagem junto dos eleitores» e ainda que a discussão interna dentro do partido «foi desaparecendo à medida que o tempo de governo se foi estendendo».

O vereador da Câmara de Vila Nova de Poiares refere que a sua candidatura não apresenta, para já, um candidato a primeiro-ministro, mas apenas um candidato a secretário-geral do PS. «Recusamos a ideia da ligação rígida entre as duas situações», explica.

Na moção, Penedos refere que «o discurso projectivo do PS, para ser coerente, deve ser sempre um discurso voltado para o homem e as suas concretas condições de vida».

«Não pode ser a abdicação. Não pode ser a acomodação imobilista. Tem de ser a proposta. A sua viabilização eleitoral. A passagem à prática», defende.

Dos «jobs for the boys» à aprovação sucessiva de orçamentos de Estado com o voto de Daniel Campelo e passando pela «oportunidade

desaproveitada» de lançar efectivamente a reforma fiscal, Paulo Penedos enumera várias razões pelas quais o PS foi «descapitalizado da opinião pública a um ponto que se tornou pesado».

Lançando-se em propostas para reformas em várias áreas, é na institucional que Paulo Penedos vai mais longe, manifestando-se contra os círculos uninominais propostos pelo PS nas últimas legislativas, afirmando que «com a experiência Campelo, o País tem pouca disponibilidade» para aceitá-los.

A reforma «que mais falta faz nas condições de impasse institucional em que se vive» é a criação na Assembleia da República de «uma segunda câmara», com a redução do número de lugares na actual, de modo a que, no conjunto das duas câmaras, «não se inflacione a representação política do País».

O PS que Paulo Penedos quer «tem de ser capaz de voltar a discutir os problemas do País», e «regressar ao discurso do poder», contra «o unanimismo nos órgãos dirigentes» e a neutralização das estruturas de juventude.

**Dar voz aos militantes**

Dar voz aos militantes» é o mote das intenções de Penedos para um partido «sem a rigidez e o ritual de estrutura departamental existente»,



**O candidato a líder do PS Paulo Penedos, na sua moção política de orientação global, critica a demissão do camarada António Guterres por se ter demitido devido ao mau resultado nas autárquicas, defende ainda mais privatizações e preconiza a divisão do Parlamento em duas câmaras.**

defendendo que as eleições internas para as secções de residência e de acção sectorial se façam «com base em programa próprio para o órgão que está em causa e não constituir uma ocasião de reprodução vertical de uma liderança nacional».

«A devolução da verdade e de um funcionamento transparente a estas estruturas é parte essencial da retoma de ânimo ganhador e da identificação do PS com a sua matriz transformadora», considera.

Paulo Penedos defende «um novo discurso para a economia» e consistência nos programas, criticando a instabilidade deste sector nos governos PS, que em seis anos tiveram seis titulares da pasta.

«Podem atribuir-se significados muito diversos à variabilidade dos titulares, mas é incontestável que um resultado está adquirido: Não há uma ideia socialista que possa caracterizar este período de governação», acusa.

Salientando que não cabe ao Estado moderno «a produção de bens que o mercado realiza com vantagem na esfera privada da economia»,

Penedos, revelando uma visão muito liberal da economia, elogia a política de privatizações, defendendo que «há ainda um sector empresarial do Estado que vai ter de ser encaminhado para o mercado».

O candidato quer que o PS cumpra as promessas feitas em reformas na área fiscal, justiça ou saúde, continuando ao mesmo tempo o que já foi feito na educação ou na segurança social. Embora lembre que não está feita a reforma da justiça, Penedos refere que este é um dos sectores «de maior sucesso reformador».

Na administração pública, uma reforma «que não tem fim», faltando «descentralizar mais desconcentrar mais a administração do Estado», sendo necessário «encontrar um modelo de articulação» entre administração central e local.

Por enquanto, a administração regional do Estado está «emperrada na falência política da regionalização», afirma Paulo Penedos, considerando que não vale a pena «forçar um novo referendo», mas sim dar tempo aos cidadãos para avaliarem a necessidade de mudar ou não.

## PAULO PENEDOS

### CALENDÁRIO DE CAMPANHA

10 Jan 5ªF 21h	Sede do PS Guarda
11 Jan 6ªF 21h	Auditório Municipal Bragança
12 Jan Sáb 16h	Sede da Federação Braga
12 Jan Sáb 21h	Sede da Federação Porto
13 Jan Dom 21h	Sede da Federação Lisboa
14 Jan 2ªF 21h	Sede do PS Leiria
15 Jan 3ªF 21h	Sede da Federação Setúbal
16 Jan 4ªF 21h	Sede da Federação Coimbra
17 Jan 5ªF 21h	Hotel Imperial Aveiro

Com a designação «Renovar a Maioria», a moção aponta os caminhos do futuro do partido, do PS no Governo, e do País, assume com orgulho a obra e as realizações do PS e da Nova Maioria, sem deixar, contudo, de reconhecer os erros e os insucessos. O papel do Partido Socialista, segundo a visão de Ferro Rodrigues, é o de «pólo central da esquerda democrática, moderna, em torno da qual se constroem alternativas política, sociedade, e politicamente à esquerda e ao centro».

No documento que apresentou a 4 de Janeiro, no Largo do Rato, o candidato a secretário-geral do PS responsabilizou também a oposição por, tendo o PS uma maioria relativa na Assembleia da República, esta quase nunca ter estado disposta a negociar, por não ter aceite que «em democracia a negociação se faz na base do programa de quem vence, e porque quase sempre preferiu a coligação negativa à negociação séria, especialmente nos últimos dois anos».

O PS liderado por Ferro Rodrigues pede aos portugueses para lhe darem uma maioria absoluta para governar com base numa estratégia que acelere a convergência real com a Europa ao nível económico e social através da criação de «novas capacidades por parte das empresas, do Estado, das pessoas, e dos serviços públicos». Este esforço de convergência tem de radicar no aumento da produtividade onde a aposta vai para a construção de novos factores competitivos assentes na qualidade, na organização, na valorização dos recursos humanos, na gestão do conhecimento e da inovação.

#### Orgulho na obra feita e reconhecimentos de erros

Desde logo a verificação de que Portugal melhorou desde 1995, ano em que o PS assumiu a governação do País, no que toca à «estabilidade e sustentabilidade da protecção social», no reforço do investimento nas regiões mais deprimidas, na renovação das acessibilidades, na criação de uma política de combate à toxicodependência, na promoção da convergência ambiental com os países mais desenvolvidos do mundo, no investimento em infra-estruturas «a uma escala sem paralelo», na política de igualdade de oportunidades com destaque para o apoio à educação pré-escolar e na construção de políticas activas de apoio aos desempregados. Ferro Rodrigues sublinha também que foi com os governos do PS que passou a ser cumprida a Lei das Finanças Locais e se procedeu à reforma da Segurança Social, que foram dados importantes passos nos domínios cultural e científico e se começou a construir uma «nova relação entre o sistema de justiça e os cidadãos», além da celebração de importantes acordos com os parceiros sociais em áreas tão importantes como saúde, o trabalho. No plano internacional, foi exercida com reconhecido êxito a presidência da União Europeia, assumidas todas as responsabilidades em Timor, alcançados importantes ganhos na negociação do III QCA, enviadas tropas em missões de paz para diversos pontos do globo, e alcançada a meta do euro.

No balanço dos últimos seis anos, são apontados também alguns erros, nomeadamente a não preservação do «capital de relacionamento com a sociedade», e de não se ter concretizado o «necessário afrontamento a interesses instalados e, dessa forma, perdido tempo para introduzir



#### MOÇÃO

# RENOVAR A MAIORIA

mudanças fundamentais nas finanças públicas, na educação ou na saúde».

#### Reforma do sistema político e eficiência fiscal

Visto como «chave na renovação da confiança», a reforma do sistema político, ao nível parlamentar, passa pela adopção de «um sistema eleitoral proporcional de representação personalizada, o chamado sistema misto» que respeite a proporcionalidade, garanta maior proximidade entre eleitos e eleitores, numa base em que mais de metade dos deputados seriam eleitos em círculos uninominais, ao mesmo tempo que admite a redução do número de deputados; ao nível autárquico, prevê-se também a reforma do sistema eleitoral de forma a melhorar a eficácia dos executivos locais, sem prejuízo do reforço dos mecanismos de controlo do exercício do poder através das assembleias municipais.

Defensor do referendo «para a decisão em certo tipo de questões», Ferro Rodrigues aponta o caminho da descentralização administrativa e é favorável à fixação de limites aos mandatos dos órgãos executivos.

Mas a renovação da confiança passa também pela gestão orçamental e por políticas de segurança. Assim, a «consolidação orçamental, com o objectivo do equilíbrio orçamental em 2004, deve ser prosseguida com determinação» porque cumpre aspectos fundamentais da política económica e social, como sejam a nova Lei de Bases da Segurança Social ou as leis das finanças locais e das finanças regionais. Nesta matéria, o PS compromete-se através da moção de Ferro Rodrigues a legislar no sentido de haver uma «lei de estabilidade orçamental que permita uma solidariedade na disciplina e no rigor entre os subsectores do sector público administrativo; a consolidar os sistemas de controlo de despesa pública; a lançar a simplificação e estabilização do sistema fiscal, com o apontar para um código único do imposto sobre o rendimento e as mudanças relativamente à tributação sobre o património e o automóvel». Já no que respeita à

renovação da qualidade da despesa pública, o PS irá apresentar «medidas concretas na área da saúde, em domínios como o reforço da contratualização com os hospitais ou como a generalização da prescrição médica por nome genérico».

#### Coesão nacional

Fundamental para assegurar a competitividade da economia portuguesa na UE, a convergência real e o desenvolvimento do País, a coesão é encarada na dupla perspectiva da coesão territorial e social. No que respeita à primeira, defende-se «o aprofundamento dos instrumentos de diferenciação positiva das zonas deprimidas; o desenvolvimento das políticas integradas de qualidade de vida das cidades; a apresentação de um novo programa de incentivos à fixação de jovens nas cidades; a melhoria das acessibilidades metropolitana, incluindo o desenvolvimento da utilização e da qualidade dos transportes públicos». Ainda no domínio territorial é prioridade incontornável o investimento «na valorização da plataforma atlântica do território nacional», nas actividades geradoras de emprego e riqueza, nomeadamente as pescas e a agricultura que terá como pilares estratégicos o regadio e a floresta, e a continuação do esforço de melhoria dos indicadores ambientais.

No plano social, «é necessário continuar as políticas que combinam a solidariedade com a responsabilidade». Assim, a continuação da reforma da Segurança Social deve continuar sem qualquer «transigência para com a ofensiva neoliberal que pretende pôr em causa o papel fundamental da protecção social, e para com os ataques conservadores que pretendem reduzir a uma lógica assistencialista as políticas de combate à pobreza e à exclusão».

#### Construção europeia e competitividade

A participação de Portugal no núcleo duro da construção europeia implica a definição de

Mais do que uma moção partidária, o documento com o qual Ferro Rodrigues se apresenta a líder do PS, consigna já as prioridades e os objectivos do Programa de Governo que os socialistas irão apresentar ao eleitorado. São eles: acelerar a convergência real com a União Europeia; aprofundar as políticas de reforço da coesão nacional; mobilizar todas as políticas para restaurar a confiança dos portugueses. O compromisso com os portugueses é falar a linguagem da verdade, e já na próxima Convenção de 26 de Janeiro, renovar a mensagem, os métodos e a prática política.

posições próprias e o desenvolvimento do debate dos temas da actualidade da agenda europeia, como sejam a política externa e de defesa comum, o alargamento, a reforma institucional, as novas perspectivas financeiras, a gestão macroeconómica e as políticas de desenvolvimento económico e social. Mas a presença de Portugal na Europa tem de ser acompanhada da «renovação da identidade nacional» através do lançamento de iniciativas que evidenciem interna e externamente «a excelência do que se produz no nosso país nas diferentes áreas: empresarial, tecnológica, científica, artística, social e ambiental». Esta estratégia presente na moção «Renovar a Maioria», implica a necessária «modernização ousada dos serviços públicos, assente não só na informatização e na resposta ao cliente, mas também numa melhor gestão estratégica dos organismos públicos sem a qual não é possível obter acréscimos substanciais de produtividade». Nesta base, o PS «desenvolverá as suas propostas para o reforço da convergência em torno de duas linhas: incremento da competitividade económica de promoção da qualidade em todas as áreas da sociedade». Sendo a produtividade um dos factores que nos afastam da Europa, Ferro Rodrigues considera que só se ultrapassa esta dificuldade através da combinação de três movimentos simultâneos: «A atracção do investimento externo em áreas produtivas, preferencialmente em actividades com elevados potenciais de arrastamento; a requalificação competitiva do nosso universo de PME's; a racionalização da afectação de recursos no sector não exposto da economia que deve servir de importante factor criador de emprego mas que não pode bloquear as necessidades de recursos humanos existentes noutros sectores da economia».

As políticas de reforço da competitividade das empresas e das regiões devem ser políticas integradas onde os factores envolventes da realidade empresarial sejam devidamente valorizados, «com destaque para a infra-estruturação pública, a qualificação dos recursos humanos e os apoios à inovação». A promoção da qualidade, além do crescimento económico, deve ser outro índice que nos faça convergir com a Europa, na justa medida em que corresponde a um desafio nacional que deve mobilizar toda a sociedade portuguesa.



## CAMPANHA

# FERRO RODRIGUES DEFENDE GOVERNO COM MAIORIA PARLAMENTAR ESTÁVEL

Em declarações à TSF domingo à noite, ao fim de três dias em sessões de esclarecimento e troca de ideias com os militantes do PS, o candidato afirmou estar satisfeito com o acolhimento recebido, com salas cheias e grande entusiasmo, salientando que existe «uma vontade muito grande em que o PS esteja unido e coeso».

Em Torres Vedras, perante uma vasta plateia de militantes atentos e intervenientes, Ferro Rodrigues falou do que de «positivo mas ainda insuficiente» o Governo de António Guterres fez ao longo de seis anos, bem como de alguns erros cometidos, pondo em evidência os «saltos em frente» em várias áreas fundamentais para o nosso destino colectivo conseguidos pelo PS que tenham de ser «assumidos com orgulho». Relativamente aos resultados eleitorais de 16 de Dezembro, Ferro avançou algumas explicações. «Criámos expectativas excessivas. Se as coisas correram bem durante dois ou três anos, pensaram as pessoas que iriam sempre correr bem.»

Ferro Rodrigues, na sua intervenção, alertou ainda para os perigos de um regresso da direita ao poder, referindo que o País se tornaria numa «lei da selva», com as «políticas neoliberais». Já em Évora, Portalegre, Ferro Rodrigues reafirmou que continua a fazer um balanço

global positivo de seis anos de governação socialista, adiantando, no entanto, que o País viveu nos últimos tempos demasiados «avanços e recuos», situação que poderá explicar alguma quebra de confiança por parte do eleitorado. «Sou solidário com tudo aquilo que o Governo fez, mas não deixei de manifestar, no momento e local próprios, a minha discordância», afirmou o ainda ministro do Equipamento Social. Falando para mais de 300 militantes e simpatizantes socialistas do distrito de Portalegre, Ferro Rodrigues fez referência às aprovações do Orçamento de Estado, lembrando que chegou a ser «injustamente transmitida a ideia de que o PS queria manter o poder a todo o custo».

## Governo com maioria parlamentar estável

«A oposição tornou-se demasiadamente irresponsável a nível orçamental nos últimos dois anos. Talvez o PS tenha tido culpa por não ter sabido responsabilizar os partidos da oposição», acentuou.

Por outro lado, Ferro Rodrigues voltou a apelar à maioria absoluta. «Temos um objectivo concreto: formar um governo com uma maioria parlamentar

estável», disse.

Mais a Sul, em Faro, numa concorrida reunião com os militantes da Federação liderada pelo camarada José Apolinário, Ferro Rodrigues, não excluiu a hipótese de coligações pós-eleitorais,

Ferro Rodrigues iniciou em Torres Vedras os seus contactos com os militantes do partido, no âmbito da sua campanha como candidato a secretário-geral do PS. Depois rumou a Évora e Faro, onde apresentou as principais linhas de acção de um futuro Governo, ao mesmo tempo que recolheu propostas a incluir no programa, e lançou recados à esquerda e à direita.

impondo contudo algumas exigências.

«Partimos para estas eleições sozinhos sem quaisquer coligações, como acontece na generalidade dos países democráticos da Europa, mas poderemos abrir a uma coligação pós-eleitoral», disse.

Para uma coligação, o candidato a líder do PS impõe contudo três questões centrais: a continuação da construção europeia, o controlo das finanças públicas e que não seja posto em causa o que foi feito nas áreas sociais.

«Não podemos fazer coligações com partidos que estejam contra o projecto da União Europeia, que não defendam a contenção da despesa pública e que não queiram prosseguir a política de desenvolvimento social», disse Ferro Rodrigues.

## Determinação, rigor e renovação

Na reunião com largas centenas de militantes e simpatizantes do PS, Ferro Rodrigues apresentou as principais linhas da sua moção global de estratégia política, com ênfase para as questões económicas, segurança, saúde e segurança social. O candidato socialista disse ainda que nas próximas eleições se irá bater por uma maioria que permita um Governo com apoio estável na Assembleia da República.

«Fundamentalmente vou bater-me por uma maioria absoluta», sublinhou Ferro Rodrigues. De registar que o camarada José Apolinário, líder do PS/Algarve, manifestou o «total apoio deste órgão distrital à determinação, rigor e capacidade de renovação já demonstrados por Ferro Rodrigues».

J. C. CASTELO BRANCO

## FERRO RODRIGUES

### CALENDÁRIO DE CAMPANHA

10 Jan 5 <sup>ª</sup> F 21h	Auditório IPJ Leiria
11 Jan 6 <sup>ª</sup> F 21h	Auditório IPJ Coimbra
12 Jan Sáb 16h	Auditório Salão Paroquial Avanca Estarreja
12 Jan Sáb 21.30h	Hotel Tuela Porto
13 Jan Dom 16h	Centro Cultural Paredes de Coura
13 Jan Dom 21.30h	Auditório Ass. Industrial Minho Braga
14 Jan 2 <sup>ª</sup> F 21h	Hotel Miracorgo Vila Real
15 Jan 3 <sup>ª</sup> F 21h	Auditório Paulo Quintela Bragança
16 Jan 4 <sup>ª</sup> F 21h	Palácio do Gelo Viseu
17 Jan 5 <sup>ª</sup> F 18h	Auditório IPJ Guarda
17 Jan 5 <sup>ª</sup> F 21.30h	Hotel Rainha D. Amélia Castelo Branco

JOÃO JOFRE DA FONSECA COSTA

## EXEMPLO DE DEDICAÇÃO AOS IDEAIS DO PS



Militante desde 1975, o actual secretário-coordenador da Secção da Penha de França distinguiu-se no PS pela sua abnegação e dedicação aos nossos ideais, tendo estado presente em todas as batalhas travadas pelo partido. João Jofre da Fonseca Costa, 70 anos, que fez parte de vários Secretariados desta estrutura, é membro da Comissão Política da Concelhia de Lisboa.

Este militante histórico considera que «as secções do partido desempenham um papel fundamental ao nível do trabalho político local, contribuindo ainda para a implantação do partido a nível nacional», acrescentando com uma ponta de orgulho que o segredo para que a Secção da Penha de França tenha mantido ao longo dos anos uma militância activa, foi ter tido sempre nos seus órgãos dirigentes «militantes da primeira hora desta estrutura, com experiência e dedicados, e outros mais recentes, com grande vontade de trabalhar». Assim, explica, esta Secção conseguiu criar as condições que geraram sempre «uma forte mobilização e uma grande dinâmica». João Jofre da Fonseca Costa, que aponta Mário Soares como a sua grande referência política,

recorda que em 1975, quando exercia as funções de director industrial na Sociedade Nacional de Sabões, decidiu inscrever-se no PS, porque «senti a necessidade de intervir politicamente, uma vez que trabalhava numa grande unidade fabril, e o PS tinha e tem um projecto de socialismo democrático com o qual me identificava plenamente, ou seja, um projecto capaz de fazer a síntese harmoniosa entre mercado e justiça social, num quadro de democracia pluralista». Com uma militância ininterrupta nesta estrutura, fala com emoção de alguns camaradas já falecidos que tiveram um papel fulcral na implantação e funcionamento desta estrutura ao longo dos anos. «Alfredo Neto, Carlos Tecelão e Renato Guerreiro, entre

outros, foram camaradas a quem a Secção e o partido muito devem, dos quais fui amigo, e que recordo com muita saudade. São exemplos de grande dedicação ao partido, sem nunca pedirem nada em troca».

### Actividade autárquica

A par com a sua actividade política na Secção da Penha de França, João Jofre da Fonseca Costa desenvolveu sempre trabalho autárquico. Actual presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, tendo sido reeleito nas autárquicas de 16 de Dezembro, membro da Assembleia Municipal de Lisboa, João Jofre da Fonseca Costa foi eleito nas primeiras eleições para o Poder Local, em 1976,

secretário da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, tendo depois ascendido à presidência. E seguiu-se a liderança da Assembleia de Freguesia de Arroios. Do alto da sua experiência sublinha que «bom senso, muita humildade e nenhuma arrogância são a todos os níveis factores decisivos para se ser um bom autarca». Refere que o que mais o motiva na sua actividade é «poder contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas», acrescentando: «Preocupei-me sempre com o bem-estar da população, uma vez que tive uma infância com umas certas dificuldades e tive de vencer na vida a pulso e com muito trabalho».

«Considero-me um autarca nato», afirma peremptório, para justificar esta sua paixão, que dura já há 24 anos.

A propósito, lembra o caminho percorrido desde 1976, quando os membros das Juntas não eram remunerados e estes órgãos autárquicos «pouco mais faziam que passar atestados e certidões e quase tínhamos de andar de chapéu na mão a pedir dinheiro». Actualmente, refere, a realidade é totalmente diferente, e embora reclame mais meios e competências para os inúmeros projectos que gostaria de ver concretizados, destaca positivamente os passos de gigante que foram dados nos últimos anos, nomeadamente com o cumprimento da Lei das Finanças Locais pelos governos do PS e a política de descentralização da Câmara Municipal de Lisboa para as juntas de freguesia.

J. C. CASTELO BRANCO

### JOFRE VISTO POR ...

**Manuel Oliveira Duarte**  
Executivo da Junta de Freguesia da Penha de França

«É um autarca dedicado e competente, permanentemente atento aos problemas da Freguesia, procurando sempre uma solução para os resolver»

**Alcino Rego**  
Secretariado da Secção da Penha de França

«É um camarada com bastantes conhecimentos, com vasta experiência, grande capacidade de coordenação e capacidade de gerar consensos»

**Artur Guerreiro**  
Secretariado da Secção

«É um bom autarca, uma pessoa excepcional, solidária, amiga, e um militante de grande dedicação ao partido»

**José Carlos Seródio**  
Secretariado da Secção

«Vim para a Secção da Penha de França, depois de militar noutras estruturas, porque além da amizade antiga, reconheço-lhe capacidade de liderança»

VISTO DE BRUXELAS

## CREDIBILIDADE E COMPETITIVIDADE

**A controvérsia feita em volta do despesismo e do descontrolo orçamental passou na opinião pública e fez esquecer, infelizmente, um património de realizações e iniciativas, no plano político, social e económico que, com justiça, devem ser creditadas aos Governos de António Guterres.**

Estamos já em pleno período de campanha eleitoral.

O Governo assume por completo os poderes e as responsabilidades de um Governo em gestão, inibindo-se, como lhe compete, de assumir ou anunciar propostas ou medidas de política de carácter estrutural.

A excepção terá sido o anúncio recente, feito pelo Ministro das Finanças, da intenção do Governo em depositar na Assembleia da República, à atenção dos futuros deputados, uma proposta de lei de estabilidade financeira e orçamental.

Fica assim marcado e identificado até ao fim aquele que foi o calcanhar de Aquiles da política de Governo durante os últimos anos (ou como tal tomado pela Comunicação Social) ou seja, a virtual desregulação das contas públicas.

A controvérsia feita em volta do despesismo e do descontrolo orçamental passou na opinião pública e fez esquecer, infelizmente, um património de realizações e iniciativas, no plano político, social e económico que com justiça, devem ser creditados aos Governos de António Guterres.

Ainda recentemente o governador do Banco de Portugal, anunciava que, durante o ano de 2001, o rendimento disponível das famílias terá crescido à volta de 7% (portanto muito acima da inflação real) e tal facto praticamente foi ignorado pela Comunicação Social e, conseqüentemente, esquecido pela opinião pública.

Não está obviamente em causa a necessidade de consolidação e moderação da despesa pública.

Essa é hoje uma necessidade incontornável.

Mas é preciso compreender e analisar o que realmente se passou nos últimos anos em matéria de finanças públicas e reconhecer que a impossibilidade de diminuir mais significativamente o peso da despesa na riqueza nacional é sobretudo a consequência directa, dum aposta correcta necessária para a obtenção de um grau de satisfação mais razoável ao nível das necessidades sociais.

Sublinhe-se e registre-se, no entanto, a insistência do governo, até ao fim, em fazer aprovar uma lei de estabilidade orçamental.

Esta lei, complemento indispensável da recentemente aprovada, Lei de Enquadramento Orçamental, significará singelamente que o esforço de contenção da despesa e o contributo para a consolidação das finanças públicas deve ser assegurado equitativamente por todos os sub-sectoros do Sector Público Administrativo e pelo próprio Sector Empresarial do Estado.

É certo que esse esforço deve ser suportado em primeira mão pelo sub-sector Estado, como em certo sentido se assegurava pelas novas regras de elaboração e fiscalização orçamental, mas também compete à Administração Regional e Local, aos Institutos Públicos, à Segurança Social e às Empresas sob controle do Estado.

A imperatividade de consolidar as finanças públicas tem sido justificada pela necessidade de aumentar significativamente a competitividade da economia portuguesa.

No mundo global de hoje, como aliás em qualquer momento e em qualquer economia, é sempre indispensável aumentar a competitividade das empresas e do Estado.

Só que também este conceito foi utilizado (e com êxito, reconheça-se) para diminuir, enfraquecer e descredibilizar a acção política dos últimos Governos. Foram muitas vezes utilizados conceitos e métodos tecnicamente inaceitáveis para formatar uma opinião política previamente concebida.

O mau exemplo é o da vaga recente de estudos, livros e opiniões que proclamaram a diminuição, nos últimos anos, da competitividade da economia portuguesa face à média europeia.

A grande maioria dos opinadores sabe (alguns realmente não sabem mas são a minoria) que uma eventual evolução negativa da competitividade seria contraditória com a trajectória dos índices fundamentais da economia portuguesa nos últimos anos.

Também neste domínio o Banco de Portugal colocou, nos últimos dias, alguma razoabilidade na discussão.

Finalmente as hiperbólicas construções dos fazedores de desgraças domésticas, só serão verdadeiras se se compararem grandezas verdadeiramente incomparáveis por se encontrarem formuladas em medidas e parâmetros diferentes.



**MANUEL DOS SANTOS**

Usando harmoniosamente os mesmos parâmetros a evolução da produtividade portuguesa (como aliás não podia deixar de ser) é positiva e convergente (nos últimos anos) com a média europeia.

Curiosamente também esta constatação passou relativamente despercebida da opinião pública.

Como aliás já o tinham passado as correcções feitas aos que afirmam que Portugal tem os preços mais elevados e os salários mais baixos da Europa, ao catastrofismo associado ao nível do endividamento dos particulares, à proclamação da divergência real em 2001, à inevitável evolução negativa do nível geral dos preços e do emprego, etc., etc., etc.

O País tem um problema de competitividade que é preciso atacar e resolver, mas tem, sobretudo e previamente, para anular um grave problema de credibilidade.

Credibilidade da comunicação social que na maior parte das vezes se interessa apenas pela notícia fácil e espectacular e se recusa a estudar e a compreender com rigor e determinação as questões mais complexas. Credibilidade da oposição que, no seu afã de conquistar o poder, não escolhe meios, prometendo tudo e o seu contrário (subsídios às empresas, melhores salários mas também diminuição do estado e abaixamento significativo da despesa pública).

Credibilidade de alguns profissionais e académicos que se disponibilizam facilmente para colocar o seu saber ao serviço de meras disputas partidárias, suportando afirmações e conclusões, com estudos tecnicamente não sustentáveis e eticamente deploráveis porque decorrem de parâmetros conscientemente deturpados.

Credibilidade também de alguns agentes de poder (no Governo, no Parlamento e noutras instâncias) que puseram muitas vezes acima do interesse nacional e da consolidação do projecto político iniciado em 1995, o seu interesse mesquinho e meramente pessoal.

Por isso não é de espantar que muitos agora mudem, reneguem ou assobiem para o ar indiferentes ao destino do País e do seu próprio partido.

À espera de melhores dias!





## A RESPONSABILIDADE EM PARTICIPAR

Apesar da participação política e cívica, que o 25 de Abril e a Democracia possibilitaram, são ainda alguns os portugueses que se alheiam de uma cidadania activa ou que escolhem formas distorcidas de participação – boicotes eleitorais, cortes de estrada, etc. Sem pretender desculpá-los as responsabilidades colectivas dos que desenvolvem actividades político-partidárias susceptíveis de justificar parte do absentismo dos portugueses, será redutor considerar que apenas aos partidos políticos seja deduzida nota de culpa.

Os partidos políticos, em especial os mais representativos, têm vindo a ser confrontados com crescentes resistências de mobilização espontânea de cidadãos para as grandes iniciativas políticas. Será este um sinal de fragilidade da Democracia portuguesa? Não necessariamente. Existe uma tendência para comparar as mobilizações e as realizações políticas dos nossos dias às iniciativas que marcaram os primeiros anos de Liberdade e Democracia em que os cidadãos ocupavam todo e qualquer espaço de intervenção que existisse. Nestas comparações, em que se procura evidenciar a suposta decadência do sistema democrático, do papel dos partidos e da participação política, o maiores partidos políticos são sistematicamente discriminados negativamente pela Comunicação Social. Enquanto em relação aos pequenos partidos, o que conta é o conteúdo das iniciativas, as ideias e as propostas concretas; os maiores partidos são, regra geral, confrontados com reportagens sobre pormenores laterais, num claro triunfo dos «fait-divers». Se a sala estava cheia, se os participantes estavam atentos, ou até, se foi gerado algum incidente para perturbar a mensagem do partido? Tudo parece ser legítimo, em nome do espectáculo, da conquista de audiências, mesmo que o trabalho de semanas possa ser destruído por um qualquer factor colateral, de preferência negativo. Nesta escalada da política-espectáculo, se a resposta dos partidos correspondesse às «exigências mediáticas» estaríamos à beira da criação de empresas de produção das iniciativas que, a troco de uma verba, tratariam de garantir as estruturas, o público, a mensagem e até mesmo o candidato.

É neste contexto, em que o critério é o contra, a atitude negativa, o que supostamente corre mal, que assistimos a alterações qualitativas das motivações que sustentam a participação política e a intervenção cívica. Já não estamos no pós-25 de Abril em que, ao jejum do Estado Novo, se seguiu uma participação todo-o-terreno, em todas as iniciativas, sobre todos os temas, com a mesma paixão. Sinal do tempo; expressão da consolidação da Democracia ou reflexo de uma efectiva participação compartimentada em função dos temas, dos princípios e dos valores que lhes dizem directamente respeito, os portugueses participam cada vez menos nas campanhas eleitorais tradicionais e adoptam novos padrões de participação política e de recolha de informação. O universo da Internet, dos e-mail, das SMS e de outras potencialidades das novas tecnologias impõem novos desafios que ao nível europeu, sem prejuízo das formas tradicionais de participação, já foram adoptadas. Na Dinamarca, por exemplo, já

Existe uma tendência para comparar as mobilizações e as realizações políticas dos nossos dias às iniciativas que marcaram os primeiros anos de Liberdade e Democracia em que os cidadãos ocupavam todo e qualquer espaço de intervenção que existisse.

existem partidos que realizam reuniões partidárias «on-line» para aprofundar determinados temas e estratégias políticas. Na Holanda, o Partido Trabalhista desenvolveu o projecto das «Lojas do Conhecimento», onde qualquer cidadão pode aceder às novas tecnologias; contactar com os materiais de informação do partido e participar em debates sectoriais, em espaços liderados e animados por militantes. Mas o que não se diria em Portugal se o candidato do PS a primeiro-ministro fizesse um mini-comício para cerca de 100 pessoas, numa rua de Lisboa, respondendo no final a perguntas dos cidadãos? Ou se a iniciativa de encerramento da campanha não tivesse mais de 500 pessoas? E, no entanto, tudo isto acontece, num país como a Suécia, com os mais elevados padrões de qualidade de vida, onde para fazer valer os interesses, os cidadãos não precisam de cortar estradas ou boicotar eleições.

Salvaguardadas as diferenças entre a forma de fazer política em Portugal, no Sul da Europa e nos países nórdicos, com Democracias mais consolidadas, julgamos ser natural que os cidadãos evoluam para um estado de espírito em que a participação é moldada pelos interesses particulares, sem prejuízo de poderem despertar para as grandes causas, os grandes valores e os grandes princípios. A causa de Timor Lorosa foi um exemplo paradigmático. O facto de esse estado de espírito poder ser induzido pelos políticos, pela Comunicação Social e por outros sectores dinâmicos da sociedade, aumenta a nossa responsabilidade colectiva em encontrar novas soluções para novos problemas decorrentes de conjunturas diferentes. Se não compreendemos que um partido de 126.000 militantes não pode garantir uma participação efectiva com um funcionamento pensado para quando tinha 40.000 militantes; se não nos adaptamos aos desafios das sociedades modernas, no respeito pelos valores e princípios que são a matriz do socialismo democrático, podemos estar a contribuir para que o exercício de uma cidadania activa seja um objectivo adiado. Sabendo os que em cada momento exercem funções políticas assumir as suas responsabilidades, saibam os restantes sectores da sociedade interiorizar o papel pedagógico que têm de desempenhar.



ANTÓNIO GALAMBA

1. Por muito fortes que sejam as razões para aprofundarmos tanto do que se passou na nossa vida colectiva nos últimos anos, os desafios que temos agora pela frente não nos deixam nesta altura muito tempo para olhar para trás. O passado continuará lá, à espera das indispensáveis análises, mas o futuro não esperará por nós. Parafrazeando o título do último livro de Felipe González – «O futuro já não é o que era» – poderíamos dizer, aliás, que o nosso futuro já se tornou diferente do que era há pouco tempo atrás. Essa é uma razão imperiosa para olharmos para diante.

2. Depois de um ciclo longo de continuidade pessoal (um secretário-geral por uma década, um primeiro ministro e governo socialista por mais de seis anos), a emergência político-partidária aberta em Dezembro traz-nos, ao mesmo tempo que um problema, uma oportunidade. Essa oportunidade não pode ser reduzida a uma simples via para o regresso rápido ao «business as usual» – por melhores que sejam para alguns as recordações do passado. Julgo que é o momento certo para nós, socialistas, nos prepararmos para uma reforma de fundo da «constituição partidária real» – isto é das regras sob que efectivamente temos vivido, em termos de concepção, funcionamento e articulação dos vários papéis e responsabilidades partidárias e políticas. Não estou a pensar em nada que possa ser reconduzido a uma convencional «alteração de estatutos», muito menos com o alcance e o método das realizadas nos últimos anos. O que está politicamente em causa permite que se fale antes, ao que julgo, da oportunidade de uma verdadeira «revisão constitucional real» no PS.

3. O passado fornece-nos sólidos argumentos no sentido desta «revisão constitucional» no âmbito do maior partido português. Fiel à preocupação inicial, limitar-me-ei a um argumento, e a um só, virado para o futuro. Se não desistimos da pretensão fundamental da reforma do Estado e do sistema político, se não queremos apenas somar às nossas propostas por aprovar as propostas que outros apresentavam e nós rejeitávamos em passado recente – então precisamos de um trabalho de fôlego para tornar o PS não só um proponente mas sobretudo um agente credível da reforma do Estado e do sistema político. Poderiam as mesmas estruturas, ainda que com parcial rotação de intérpretes, sustentar posições, idênticas ou diferentes das anteriores, e obter em torno delas o elevado grau de adesão que é necessário? Retiremos, pois, de uma «revisão constitucional» profunda no PS um elemento de credibilização e de promoção das nossas propostas de reforma de Estado e do sistema político, hoje indispensável.

4. A título de exemplo, adianto que, no PS, sistema de governo e modelo de «governança» (como hoje se diz) devem ser repensados e alterados: órgãos, formas de eleição, papéis, regras de funcionamento, princípios de procedimento. Não faz sentido nenhum insistir em conceitos/denominações como «secretário-geral», «secretariado», etc. Não estamos apenas a falar em palavras – sabemos que por trás delas se perfilam e vivem memórias e formas de funcionamento, cujos vícios infelizmente não

## PARA UMA «REVISÃO CONSTITUCIONAL» NO PS

pertencem completamente ao passado. É preciso, por outro lado, estabelecer regras ajustadas a um exercício responsável e controlado de desempenhos altamente individualizados.

A abertura do PS à colaboração de independentes é uma questão de relevo dos últimos anos. Importa que essa postura se desenvolva, numa lógica de maior comunicação com a sociedade – mas com regras. Deverá haver mesmo órgãos vocacionados para essa colaboração, «abertos» à participação de não filiados.

O que creio que é essencial para promover a cooperação frutuosa entre militantes e independentes, no quadro dum ambiente salutar, é estarem previa e abertamente definidos os parâmetros e o conceito aplicáveis a esta nova dimensão de relacionamento entre partido e sociedade.

Refiro, por último, a relevante questão da interrelação posições de partido/posições parlamentares/posições de governo. Sabemos já que a não podemos relegar para o domínio dos exercícios individuais do momento – e que graves danos políticos se podem averbar em campos como este.

As regras não resolvem tudo. Mas também aqui precisamos de práticas reguladas, que incluam formas adequadas de participação de deputados, órgãos do partido e liderança na elaboração e na concretização das orientações políticas.

5. Na «revisão constitucional» de que falo há, claro, algum lugar para normas – mas há sobretudo lugar para inspiração, critérios, conceitos, estilos, metas, ambição. O PS tem um passado honroso. Precisa agora de fazer uma actualização credível de si próprio, para poder sustentar, também credivelmente, uma visão actualizada sobre o futuro do País – por que seja identificado e chamado a responder. Apraz-me registar que a candidatura de Eduardo Ferro Rodrigues se mostra aberta a um processo de modernização partidária que abre espaço para esta ideia de uma «revisão constitucional real» no PS. E se assim é, dependerá de nós todos, socialistas, que ela se concretize e qual o seu alcance e ambição.



ALBERTO COSTA

ENTREVISTA AO NOVO PRESIDENTE DA CÂMARA

# ÉVORA NO CORAÇÃO

**Não sendo o senhor natural de Évora como é que se revê nestes versos da Florbela Espanca: «É só aqui eu sinto que são meus, os sonhos que sonhei noutras idades!».**

Naturalmente com muita possibilidade de identificação. Não sendo de Évora, não nasci num sítio muito longe. Sou alentejano, sou de Cuba, mas sempre tive por esta terra, até por razões familiares, um carinho muito especial. É mesmo uma relação de amor muito assumida. Penso que não serei caso muito exclusivo e único a dizer que me revejo por inteiro nesses versos.

**Esses sonhos transformados em projectos, o que vai mudar em Évora nos próximos quatro anos?**

Nós, ao concorrermos às eleições, fizemo-lo segundo o lema «Muda o século, Évora muda a página». Portanto, os próximos quatro anos vão ser os anos de consubstanciação desse virar de página. Évora, durante 25 anos, parou no tempo e ficou arredada de cidade de referência que precisa retomar. Vamos desenvolver a nossa intervenção em cinco eixos fundamentais. Primeiro, promover o desenvolvimento económico capaz de sustentar emprego e capaz de afirmar Évora como pólo de desenvolvimento regional do Alentejo.

Falamos muitas vezes do Alentejo com referência ao bom desenvolvimento situado em Alqueva e Sines e na base aérea de Beja, mas Évora com os seus 60 mil habitantes, com a sua posição estratégica no País, e a proximidade em relação a área metropolitana de Lisboa, tem condições pelos seus próprios valores, para se afirmar no seu desenvolvimento regional, crescer de uma forma controlada e sem perder de vista a qualidade urbana e a qualidade ambiental.

Atrair o investimento para a nossa cidade, gerar emprego, criar condições para a fixação de população aqui nascida e de outros que aqui queiram criar os seus próprios projectos de vida, estão nos nossos projectos.

A uma hora de Lisboa, num território com uma qualidade paisagística reconhecida, se tivermos políticas municipais que permitam habitações mais baratas, que facilitem o acolhimento dos filhos em creches e escolas, que permitam a garantia de uma qualidade de vida em termos de circulação de transportes, de estacionamento, estamos certos de que Évora poderá ser atractiva para o investimento e dessa forma proporcionar o desenvolvimento.

Para o nosso desenvolvimento económico, apostamos sincera e seriamente no turismo, no acolhimento de empresas de carácter não poluente e de tecnologias avançadas que permitam valor acrescentado, ocupação de mão-de-obra qualificada. Temos ainda de tirar partido de nos situarmos no eixo Lisboa/Madrid.

Por outro lado, o ambiente tem de ser considerado uma valia patrimonial e paisagística de Évora, do seu conselho e da sua área envolvente, e por isso tem que ser referência de excelência. Começando desde logo com o plano de recursos, nomeadamente da água, que tem de deixar de ser apenas uma política de consumo, para passar a ser um elemento de e com a qualidade que Évora exige.

A nossa segunda linha de intervenção passa por afirmar Évora como cidade cultural, não só



no plano nacional com no plano europeu. Évora tem espaços cénicos de qualidade internacional, espaços esses que podem acolher actividades de natureza cultural de grande significado e importância no panorama nacional e mesmo internacional.

Afirmar Évora como cidade de cultura criando novas infra-estruturas, preservar as que existem e diversificar oferta através da criação de um programa de animação cultural praticamente permanente ao longo do ano, de modo também a valorizar o papel dos criadores locais.

Outra linha de intervenção passa pelo casamento da tradição e da preservação com a inovação. É preciso ter presente que desenvolver, pode não significar exclusivamente crescer. Portanto, desenvolver significa sermos capazes de preservar a nossa identidade e, ao mesmo tempo, acrescentar factores de inovação que nos garantam a competitividade em relação ao futuro. Isto só se consegue fazer com a nossa juventude, por isso vamos ter particular atenção às políticas de protecção e fixação de população jovem, nomeadamente adequando o centro histórico à função habitacional. A grande parte das casas apalaçadas, a maior parte delas abandonadas e em risco de ruína, devem manter as suas fachadas, ser recuperado o miolo e transformadas em apartamentos destinados às famílias jovens, às famílias monoparentais e também uma população flutuante característica de qualquer cidade moderna.

Vamos também definir e pôr em prática um conjunto de políticas municipais dirigidas à juventude que considerem este estrato populacional não apenas no plano da animação, mas acima de tudo na estruturação da própria cidade. Évora tem que crescer com base na sua população jovem e ser atractiva para populações jovens de outras áreas do País que aqui se queiram fixar.

A quinta linha de intervenção é a da promoção do desporto. Évora tem condições para recuperar uma tradição nesse campo. Velhas glórias do

desporto nacional passaram por Évora, ainda hoje existem, felizmente, cidadãos eborenses que contribuíram decisivamente para isso.

A cidade tem vindo a perder progressivamente competitividade nessa matéria por falta de infra-estruturas. Não temos um pavilhão gimnodesportivo, não temos um estádio municipal, não temos uma pista de atletismo, as piscinas municipais têm quase 40 anos, de forma que é preciso apostar na promoção na promoção de um conjunto de infra-estruturas desportivas, como meio de, também por essa via, promover o desenvolvimento. Resumindo: políticas económicas, ambientais, infra-estruturais, culturais, e políticas dirigidas à juventude.

**Para desenvolver essas políticas necessita dos adequados meios financeiros. É por isso que vai pedir uma auditoria às contas da câmara, os números não lhe foram facultados?**

Não. Não foram facultados, tenho sobre eles a vaga informação como qualquer outro município eborense. Na dívida de curto prazo, não se consegue ser mais rigoroso que isto, cerca de 600 mil contos, isto prefigura, portanto, uma dívida assumida da gestão anterior, que nem sequer tem o valor rigoroso, que deve rondar os sete milhões de contos. Ora sete milhões de contos para uma Câmara como Évora é muito dinheiro. Mas, não nos mete medo a possibilidade de trabalharmos sobre esta realidade. Queremos e pensamos que a cidade tem o direito de conhecer esta realidade financeira e administrativa que herdámos dos nossos antecessores. Não temos com isso nenhuma intenção de levantar suspeitas, não temos com isso nenhum desejo de encontrar qualquer coisa menos bem. Creio que é conhecida a realidade actual e lamentamos que o PCP que nos precedeu na gestão desta autarquia, contrariamente à imagem modelar que tem dos gestores autárquicos, não tenha conseguido

Há uma nova ambição para Évora.

O tempo dos braços cruzados em que o simples facto de ser cidade património mundial era bastante, acabou. Nos próximos quatro anos a defesa do património passará por acrescentar património e dar-lhe vida. A preservação do ambiente, da paisagem, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento das infra-estruturas, a implementação de políticas que ajudem à fixação das pessoas na capital do Alto Alentejo constituem as prioridades de José Ernesto, o novo presidente da edilidade eborense, que em entrevista ao «Acção Socialista», no dia da sua tomada de posse, confidenciou que trocava definitivamente a medicina pela política.

**Para mudar Évora tem quatro anos que gostaria de continuar em futuro mandato. Projectos não faltam: docas secas junto às muralhas, desfiles de moda no vetusto Templo de Diana, são apenas dois exemplos do que está para acontecer com a gestão socialista que na passada segunda-feira se iniciou.**

reunir a informação necessária para fazer a radiografia administrativa e financeira do município. É por isso que, utilizando os meios legais de uma forma que julgo sensata e prudente, accionarei de imediatos os mecanismos em que por concurso seja identificada, por uma identidade independente e com competência bastante para fazer uma auditoria administrativa e financeira, a dimensão real da situação.

**Face a essa situação que acaba de descrever, poderá estar de alguma forma em risco a implementação das suas políticas para a cidade?**

Não. Penso que a capacidade de endividamento da Câmara Municipal está longe de estar esgotada. Agora naturalmente há um serviço de dívida a cumprir e há a dívida de curto prazo, que é essa a que mais me preocupa. A dívida de curto prazo tem limites legais muito mais restritos, julgo até que estamos em fase, no quadro de reequilíbrio das finanças públicas, de poder vir a registar alterações legislativas no que respeita à capacidade de endividamento dos municípios. E, uma câmara que tenha uma dívida deste montante, mas tenha a obra feita, compreende-se que se contraia uma dívida desta dimensão, mas que a mesma se encontre aplicada em outras estruturas essenciais. Vamos ter que gastar muito dinheiro em acessibilidades e na reestruturação da malha urbana do centro da cidade, na criação de equipamentos desportivos e culturais, porque todo esse conjunto de infra-estruturas, por mais paradoxal que pareça, não foi feito ao longo destes 25 anos. Évora é talvez a única autarquia do País que consegue passar agora dois quadros comunitários e meio sem ter

construído uma piscina, um pavilhão desportivo, uma pista de atletismo ou um teatro ou um cinema; não resolveu o problema da circulação de transportes, não temos uma rede de transportes públicos adequada, nem termos neste momento um metro quadro de terreno infra-estruturado do ponto de vista do acolhimento empresarial. Há um conjunto de carências que nós vamos tentar solucionar, mas temos que resolver em simultâneo um compromisso de dívida que neste momento deve obrigar a um esforço financeiro na ordem dos 2500 contos, só em serviço de dívida. Cada cidadão de Évora, neste momento, segundo contas provisórias, herda ao nascer uma dívida de perto de 100 contos.

**Isso é a constatação de que a gestão comunista não passa de um mito?**

Quero-lhe dizer sinceramente, fruto do conhecimento da realidade autárquica, pelo menos ao nível do Alentejo, que há câmaras municipais do Alentejo e até do PCP, com modelos de gestão muito mais equilibrados e muito mais eficazes.

A realidade desta câmara foi muito ficcionada em torno de uma fortíssima imagem que foi criada com apoio do fortíssimo aparelho instalado de propaganda e informação. Fez-se propaganda de uma forma profissional, de uma forma competente, que ajudou a ficcionar uma realidade que não traduz aquilo que efectivamente é. Não é só a questão financeira, a questão patrimonial da terra não está esclarecida, não sabemos qual é o património existente a nível da câmara municipal e tudo são dificuldade para o nosso trabalho futuro. Será mais difícil, mas não é por isso que se deve esmorecer. Temos a certeza que vamos conseguir vencer essas dificuldades e garantir aos eborenses, aos alentejanos e ao País, uma capital regional do Sul de qualidade e na qual os eborenses e os alentejanos se revejam, e na qual os portugueses se reconheçam.

**Sente com certeza o peso responsabilidade por ter destronado o bastião comunista no Alentejo?**

Não fui eu, foram os eborenses que numa manifestação de maturidade política, de grande serenidade, com muita tranquilidade, mas também de uma forma profundamente serena e democrática entenderam que era tempo de mudar. Apenas dei o rosto, e disponibilizei-me para protagonizar essa mudança. Assumo com muito orgulho essa confiança que os eborenses depositaram na equipa de que faço parte. Como socialista penso que é particularmente significativo o resultado que em Évora quer no Alentejo, e traduz o facto de que quando se faz política pensando acima de tudo nas pessoas, quando se faz política num plano de proximidade, olhos nos olhos, falando verdade, quando se faz política em que evita a agressividade do adversário, mas não é isso que nos faz mudar o rumo na medida em que a informação que vamos recolher do dia-a-dia, do quotidiano do tal diálogo permanente com o cidadão, dá-nos força e determinação para continuarmos. Isso explica a mudança em Évora, é isso que eu julgo que deve caracterizar a intervenção dos socialistas, de forma a criar condições para a melhoria das condições de vida das pessoas, das famílias e na afirmação de Portugal como um país moderno e competitivo no quadro geral da construção de uma Europa democrática, assumindo o nosso destino.

**Enquanto presidente da CCRA, teve responsabilidades acrescidas, quer como**



**agente quer como observador atento e interessado. Qual o balanço que faz para a evolução do Alentejo dos últimos seis anos de Governo socialista?**

Desde logo, o nível de emprego. O Alentejo nunca conheceu taxas de emprego tão elevadas, praticamente não existe desemprego no Alentejo. Nesta região só não encontra trabalho quem não quer, traduzindo-se esta realidade, tendo em conta o último censo, que a perda populacional já não se dá pela saída de activos, pelo contrário, o número de activos aumentou relativamente, não só com a entrada da mulher no mercado de trabalho, mas também pela vinda de muitos cidadãos de outras regiões e até do estrangeiro, o saldo fisiológico negativo é a consequência de anos e anos de hemorragia dos mais novos como consequência da política seguida no tempo do PSD, de abandono. Embora sem euforias, o Alentejo com a entrada em funcionamento do Alqueva, permitindo naturalmente um nível de alteração do modelo de produção agrícola, com as novas acessibilidades que estão em curso, com a afirmação de Portugal na faixa atlântica, tendo um dos pilares dessa opção em Sines, com a possibilidade, agora real, da intervenção de novos actores políticos a nível local, mercê da alteração profunda que se verificou na maioria da presidências de câmaras em termos regionais e também na qualificação dos seus recursos humanos, é possível qualificar recursos no Alentejo de forma a que as novas gerações possam beneficiar dessa formação profissional.

**Tem ideia dos valores globais que foram investidos no Alentejo?**

Sei dizer que esgotámos o II Quadro Comunitário de Apoio a dois anos do seu *terminus*, e que no III QCA, neste momento em execução, entre investimento público e privado, foram atingidos já valores que rondam os mil milhões de contos. Trata-se de um esforço financeiro que se traduz nas novas acessibilidades rodoviárias, na construção da barragem de Alqueva, na construção do porto de Sines e do porto de carga de águas profundas, mas que se traduz também na melhoria do nosso parque escolar, na nossa infra-estrutura básica para o desenvolvimento económico, nomeadamente parques industriais e tecnológicos que têm sido previstos por todo o Alentejo. Será com base nesse investimento que poderemos e deveremos aspirar com legitimidade a um futuro diferente, com mais riqueza e dar mais oportunidades para a fixação da população. Longe vai o tempo em que o alentejano estava praticamente condenado a

ter de abandonar a sua terra para sobreviver. Graças à acção do PS no Governo, podemos afirmar que o Alentejo se vem consolidando cada vez mais como a terra de progresso, de desenvolvimento e uma referência de qualidade na vida dos portugueses em geral enquanto cidadãos da Europa.

**O Alentejo é uma terra de potencialidades para os seus velhos, para a sua juventude. No entanto, é necessário continuar a combater o analfabetismo e a desertificação que continuam a ser graves problemas da região. É para esse caminho que aponta?**

É sem dúvida esse o caminho, e é isso que já está em marcha. Quando falava nas políticas de protecção social, por exemplo na entrada em vigor do rendimento mínimo, na rede de apoios à terceira idade, nomeadamente no co-financiamento nacional e comunitário e que constitui uma rede de suporte para os mais desfavorecidos. As políticas sociais aliadas ao investimento em infra-estruturas, sem perder de vista a necessidade permanente de formação profissional que contribui para a qualificação dos recursos humanos, são factores decisivos para que possamos encontrar o tal caminho para um futuro mais próspero para esta vasta região, de forma a que se possa assegurar a permanência dos alentejanos na sua terra.

**O quadro político do País mudou. Temos eleições legislativas à vista, temos também marcada do uma Convenção no PS, um Congresso no PP e, porventura também no PCP. Que leitura faz deste contexto político em que nos movemos actualmente?**

É preciso desdramatizar. Há um Governo que neste momento se encontra em gestão. O PS obteve nas últimas eleições um resultado estranho que se traduziu por empate parlamentar. Como nenhuma das forças da oposição se disponibilizou para assegurar a estabilidade governativa, o PS teve que escolher, umas vezes com mais felicidade e outras vezes de uma forma menos conseguida, mas teve a necessidade sempre de garantir a estabilidade governativa praticamente sozinho, e com acordos pontuais em que aqui e ali que nem sequer foram talvez muito bem compreendidos pelos portugueses. De forma que, sem dramas, o primeiro-ministro entendeu dever apresentar a sua demissão e pedir aos portugueses que se pronunciassem sobre o futuro e sobre qual era o modelo governativo que queiram. Quanto a questão dos congressos, o PS não vai

ter congresso, apenas uma convenção. Decisão que eu acho perfeitamente correcta que não tem nada a ver com a situação interna que se verifica quer no PCP quer no PP. Ai há uma forte imposição interna, na imagem das próprias direcções partidárias, mas são problemas que dizem respeito a essas forças políticas.

**Tendo já escutado de viva voz a apresentação da moção de Ferro Rodrigues pelo próprio, que leitura faz das ideias apresentadas por aquele que será muito provavelmente o futuro secretário-geral do PS?**

Considero que deve dizer aos portugueses, com frontalidade, que é mais fácil governar num quadro de maioria absoluta, resumindo claramente que esse objectivo não é redutor mas que é um objectivo político transparente e claro. Como é correcto também que não faça chantagem com o eleitorado, como aconteceu anteriormente com os governos do PSD.

Por outro lado, não reconheço neste momento que o PS, a esquerda democrática, moderna, europeia de capaz de mobilizar sectores largos da sociedade portuguesa, tenha necessidade de se aliar a um partido que tarda em encontrar um caminho diferente daquele que trilha há muitos anos. Se se governar bem, tendo em conta o interesse das pessoas, resolvendo-lhes os problemas e criando condições para a afirmação de políticas novas, os portugueses saberão nessa altura distinguir quem quer viabilizar essas políticas e quem quer continuar a obstaculizar, quem se opõe ao reequilíbrio das contas públicas, nomeadamente através de uma postura demagógica de facilismo que está muito acima daquilo que a nossa realidade económica nacional e financeira permite. Penso que o problemas das alianças, para garantir a estabilidade governativa em caso de governo minoritário, não deve ser uma questão da agenda política actual. Deve ser dito aos portugueses, com verdade, que o PS governaria com mais eficácia se lhe dessem a maioria absoluta. Estamos disponíveis para governar, caso seja esse o sentimento dos portugueses e que deixaremos aos outros a responsabilidade de contribuir ou não para essa governação, mas num quadro claro, não de cedência de valores e princípios. Abandonemos os avanços e recuos, abandonemos políticas de hesitação, a política do ziguezague, para passarmos a ter um caminho correcto, um caminho certo e seguro.

**Qual é o projecto de sociedade que o anima hoje em dia?**

É o projecto que o PS defende. Um projecto de uma sociedade europeia, moderna, em que o Estado garanta equilíbrio e equidade aos cidadãos, que combata a exclusão e todas as formas de diferenciação racista, religiosa, ou qualquer outra entre os homens, que permita uma melhoria progressiva das condições de vida dos portugueses. A Europa deve ser o principal motor no aperfeiçoamento progressivo da sociedade tendo em conta a felicidade do homem.

**Com a sua vinda para a política e com esta vitória em Évora, perdeu a medicina um excelente profissional?**

Provavelmente sim. É a primeira vez que respondo desta forma a essa pergunta que me tem sido muitas vezes feita. Tenho muito orgulho na minha profissão, sou ginecologista e obstetra, duas especialidades que muito provavelmente nunca mais irei exercer de modo profissional.



COMUNIDADES/CANADÁ

# CAIO ROQUE ACREDITA QUE PS VAI GANHAR PRÓXIMAS ELEIÇÕES

cidadãos portugueses com deficiência. Em contacto com a comunidade portuguesa, Vítor Caio Roque esteve ainda no Clube Português de Mississauga.

Segundo o deputado socialista, a renovação que se está a operar no PS vai ter muito a ver com Eduardo Ferro Rodrigues, de quem se declara admirador e incondicional apoiante, acrescentando que o actual ministro do Equipamento Social vai ser «o homem certo na mudança que se impõe».

Por outro lado, Vítor Caio Roque realçou a «grande dignidade de António Guterres abandonando as funções de primeiro-ministro quando nada o obrigaria a agir assim», insistindo em que o primeiro-ministro em funções «dignificou-se a si próprio e dignificou a classe política».

Já quanto a Cavaco Silva, que nos últimos tempos se tem evidenciado pelas suas análises pessimistas e catastrofistas, numa tentativa de não cair no esquecimento, Caio Roque considerou que o antigo líder do PSD prestou um mau serviço ao País, dado que algumas horas depois da contagem de votos para as eleições autárquicas «foi para a

televisão, desfigurado, dizer que se sentia orgulhoso por ter contribuído para a queda do Governo».

**Cavaco ainda está ressentido**

Para Caio Roque, o ex-primeiro ministro do PSD não conseguiu ultrapassar um certo «mau perder, com que ficou depois de sair da política activa e muito mais depois de perder as presidenciais».

Ainda segundo Caio Roque, é preciso ter em conta que «a derrota das autárquicas nem é tão grande assim, se repararmos que há autarquias que se perdem por escassos votos».

Nas últimas eleições legislativas, lembrou, o PS quase fez o «pleno» dos deputados da emigração.

Interrogado sobre se acredita que a votação vai continuar no mesmo sentido, Caio Roque respondeu com a afirmativa, entendendo que «um partido político que faz da solidariedade social a sua melhor arma para o desempenho de tarefas entre as comunidades não pode ser penalizado». Lembrou que, a partir de 95, «as comunidades nunca ouviram qualquer governante ou deputado

socialista prometer algo que não fosse cumprido».

Entre o que considera ser «coisas palpáveis» na emigração, refere o acompanhamento e apoio que se passou a dar aos luso-descendentes, «fazendo-os crer que são tão portugueses como os demais».

Diz que, para o Governo socialista a chamada área dos jovens «não é só o presente, sendo sobretudo o futuro, que temos de ter em conta e o PS teve em conta».

«Toda esta nossa política, que rendeu frutos quando das últimas eleições em que destronámos o PSD de posições há muito solidificadas, vai continuar a dar frutos», realçou.

Para isso, o PS vai centrar a sua actividade futura, em termos de governo, na criação de um ministro adjunto para as Migrações coadjuvado por dois secretários de Estado, um para a Imigração e outro para a Emigração», o que vai decerto resolver muitos problemas.

Vítor Caio Roque, na sua deslocação a Toronto, esteve também presente numa reunião da secção de Toronto do PS, pois «como a eleição do secretário-geral do PS é directa e universal, também aqui se vai votar para o líder socialista».

O deputado socialista Caio Roque está confiante numa vitória do PS nas próximas eleições legislativas, pois o partido «está a provocar a sua própria renovação de dentro para fora».

O parlamentar socialista falava em Toronto, onde decorreu uma festa de fim de ano para

BRAGA

# MESQUITA MACHADO CONTRA DEMISSÃO DE GUTERRES

O presidente da Câmara de Braga, o socialista Mesquita Machado, considerou que a demissão de António Guterres «abre um precedente grave para os futuros governos democráticos».

«Discordo da demissão! A partir de agora sempre que houver eleições locais o voto popular vai ter consequências a nível governamental, o que desvirtua o seu

objectivo», acrescentou.

O presidente da Câmara falava à margem da tomada de posse do novo Executivo Municipal, que decorreu nos Paços do Concelho.

O novo Executivo integra seis elementos do PS, quatro da coligação «Juntos por Braga» (PSD/PP e PPM) e um da CDU.

Para além de Mesquita Machado – que começa o sétimo mandato – o presidente da



Assembleia Municipal, Sousa Fernandes, empossou os socialistas Nuno Alpoim, João Nogueira, Vítor Sousa, Ilda Carneiro e Palmira Maciel (esta última pela primeira vez).

Comentando a actual situação política, Mesquita Machado manifestou-se confiante na vitória do PS e de Ferro Rodrigues nas próximas eleições legislativas, mas sublinhou que não está preocupado com uma eventual vitória de Durão Barroso.

«Ninguém se atreverá a pôr em causa as conquistas conseguidas nos últimos seis anos pelos municípios», frisou.

«Acredito sinceramente que o PS tem ainda todas as possibilidades de ganhar», disse. Recordou que Cavaco Silva também perdeu duas eleições autárquicas para o PS e não se demitiu, tendo levado o seu mandato até ao fim, mas disse respeitar as convicções democráticas do ex-primeiro-ministro do PS e as razões que invocou para se demitir.

## O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

**Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

**CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

**BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



Assim, no sector dos ovinos será aumentado de 2001 para 2002 o prémio anual, por cabeça, de cerca de 3200 escudos (16 euros) para cerca de 5400 escudos (27 euros) e Portugal passa ainda a dispor de um «envelope» de cerca de 500 mil contos/ano (2494 euros) para distribuição adicional pelos criadores de acordo com critérios a definir pelo Governo português.

Este aumento de prémio representa um acréscimo de transferências financeiras para o país da ordem dos 5 milhões de contos/ano. Quanto aos bovinos, ovinos e caprinos, foi prolongado por três anos a vigência do regulamento que atribui a Portugal a denominada «reserva específica» que permite reconverter áreas marginais de cereais de sequeiro em prémios de bovinos ou ovinos.

Os criadores portugueses poderão assim reconverter 137.600 hectares de áreas até agora destinadas a cereais por 68.800 prémios de vacas aleitantes, bovinos machos ou ovinos.

O valor dos prémios, por cabeça, é de 62 contos (309 euros) para os bovinos machos e 57 mil escudos (284) para as vacas aleitantes, incluindo o prémio à extensificação.

Relativamente às raças autóctones, Portugal viu recompensada a intransigência que manteve com a Comissão Europeia relativamente à definição da mesma susceptível de apoio adicional.

Assim, enquanto a Comissão pretendia apenas considerar elegíveis as raças autóctones com menos de mil fêmeas reprodutoras, ficando abrangidas apenas quatro das 30 raças autóctones portuguesas, o nosso país defendia que esse número fosse elevado para 7500 no caso dos bovinos e nove mil no caso dos ovinos e caprinos.

A Comissão acabou por aprovar o critério português ficando abrangidas por estes apoios praticamente todas as raças autóctones portuguesas.

O montante da ajuda varia entre cerca de 27.800 escudos (139 euros), por cabeça, para os



### PECUÁRIA NACIONAL

## MAIS APOIOS EM 2002

**Graças à determinação e empenho do Governo, os criadores portugueses de bovinos, ovinos e caprinos vão beneficiar de apoios mais amplos em 2002 de acordo com as decisões do último Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia.**

rebanhos até 20 cabeças normais e 16.800 escudos (84 euros) para os rebanhos até cem e é acumulável com os demais prémios de que beneficiam os bovinos, ovinos e caprinos.

**2001: agricultura com 870 milhões de euros**

No âmbito os diferentes instrumentos de apoio ao desenvolvimento do sector agrícola

português no III QCA, nomeadamente o programa Agro, a medida Agris e o programa Vitis, foram concedidos, em 2001, incentivos no valor de 870 milhões de euros.

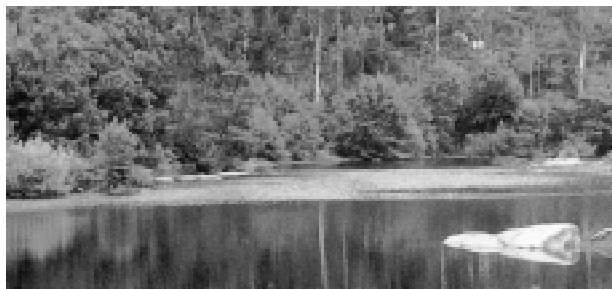
O Investimento dos dinheiros comunitários correspondem, assim, a um investimento global de criação de infra-estruturas e modernização das explorações agrícolas e das empresas, de 1440 milhões de euros, materializados em 21.245 candidaturas aprovadas.

Destaque-se que no programa Agros estão incluídos incentivos no valor de 23.5 milhões de euros para apoio à primeira instalação de jovens agricultores, de 33 milhões de euros para apoio à floresta, de 26.5 milhões de euros para iniciativas de parceria na área do Desenvolvimento Experimental e da Demonstração e de 100 milhões de euros no domínio hidroagrícola e laboratorial, visando em especial a prevenção e o controlo da saúde pública e da segurança alimentar.

Por seu turno, a medida Agris, dirigida fundamentalmente para acções de apoio ao desenvolvimento rural, financiou, entre vários projectos diversificados, cerca de 2500 projectos de pequenos e muito pequenos agricultores, no valor de 15 milhões de euros e 1338 projectos de importância vital relativamente a infra-estruturas de regadio, caminhos agrícolas e rurais e electrificação de explorações agrícolas no valor de 125 milhões de euros.

Por outro lado, através do programa Vitis, orientado para a reestruturação da vinha, tendo em vista superar o problema do seu acentuado envelhecimento, modernização de infra-estruturas e reconversão varietal, foi concedida a totalidade dos incentivos previstos no respectivo plano, o que permitirá reestruturar 20 mil hectares de vinha até 2005.

O ano de 2002 terá como objectivos essenciais, segundo uma nota à Imprensa emitida pelo Ministério da Agricultura no dia 3, a manutenção de um elevado ritmo de aprovação de candidaturas, procurando-se, mediante a introdução de um novo Sistema de Gestão e Informação, alcançar uma simplificação do processo de análise, decisão e aprovação dos projectos, o que contribuirá para o encurtamento dos respectivos prazos e consequente melhoria dos níveis de execução financeira e material.



Visando a execução de uma gestão equilibrada e racional dos recursos hídricos nacionais e de uma estratégia global de Planeamento Nacional dos Recursos Hídricos, que sempre foi assumida como das prioridades políticas do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Governo aprovou os planos de bacia hidrográfica dos rios internacionais (Minho, Douro, Tejo e Guadiana), tendo inaugurado por essa via um novo instrumento de planeamento sectorial – o dos recursos hídricos.

Este decisivo passo para a gestão das nossas bacias hidrográficas foi dado na reunião de Conselho de Ministros do passado dia 19 de Dezembro.

Subsequentemente, o Governo deu luz verde a

um conjunto significativo de planos de bacia hidrográfica dos rios nacionais (Lima, Cávado, Ave, Leça, Vouga, Mondego, Lis, Sado, Mira, Ribeiras do Algarve e Ribeiras do Oeste), tendo em vista a implementação da referida estratégia global de Planeamento Nacional dos Recursos Hídricos.

A aprovação do Plano Nacional da Água (PNA) surge, assim, na sequência da aprovação dos aludidos PBH dos rios internacionais e nacionais.

Trata-se do culminar do Planeamento Nacional dos Recursos Hídricos, destinado a promover uma política coerente, eficaz e consequente de recursos hídricos para o início do século XXI.

O PNA consubstancia um plano sectorial, que

### RECURSOS HÍDRICOS

## GOVERNO APROVA PLANO NACIONAL DA ÁGUA

assentando numa abordagem conjunta e interligada de aspectos técnicos, económicos, ambientais e institucionais e envolvendo os agentes económicos e as populações directamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização de todos os recursos hídricos nacionais, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e protecção do ambiente.

Para o efeito, o PNA alicerça-se nos vários planos de bacia hidrográfica já aprovados, sintetizando os respectivos diagnósticos, articulando e hierarquizando os objectivos neles identificados, propondo medidas para a coordenação dos PBH e estabelecendo uma programação física, financeira e institucional das acções a adoptar. Visa-se, através do PNA, apresentar um diagnóstico da situação existente nas várias bacias hidrográficas que integram o território nacional, definir os objectivos ambientais de curto, médio e longo prazos, delinear propostas

de medidas e acções e estabelecer a programação física, financeira e institucional das medidas e acções seleccionadas, tendo em vista a prossecução de uma política coerente, eficaz e consequente dos recursos hídricos nacionais, bem como definir normas de orientação com vista ao cumprimento dos objectivos enunciados. O PNA incide sobre todo o território nacional e a sua elaboração foi baseada em cinco linhas de orientação: aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas; protecção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados; satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do País; respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português; e acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos.

## CONSELHO DE MINISTROS

### SEGURO DEIXA FUNÇÕES DE PORTA-VOZ

O ministro adjunto do primeiro-ministro, António José Seguro, abandonou as funções de porta-voz do Conselho de Ministros, sendo substituído esta semana pelo secretário de Estado da Presidência, Vitalino Canas.

O pedido de demissão de Seguro, apresentado no passado dia 3, ficou a dever-se à incompatibilidade com o facto de assumir em breve, no plano partidário, o cargo de director de campanha de Ferro Rodrigues a secretário-geral do PS.

Na reunião de quinta-feira do Conselho de Ministros, estiveram em análise os primeiros dias de circulação do euro em Portugal,



matéria em que o Governo se congratulou com a forma «entusiástica» como os portugueses receberam a nova moeda europeia.

## FINANÇAS

### PORTUGAL PRECISA DE ACORDOS DE REGIME

Assegurar a convergência real com a Europa e cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento são objectivos cuja concretização passa pelo estabelecimento de acordos de regime no País.

Esta foi a tese defendida pelo ministro das Finanças, Oliveira Martins, em recentes declarações à agência noticiosa Reuters.

Segundo o governante, Portugal necessita de uma autêntica partilha de responsabilidades em alguns domínios, em prol de uma verdadeira convergência com os nossos parceiros europeus.

«Um destes domínios é a consagração de uma Lei de Estabilidade Orçamental», disse Oliveira Martins, garantindo de seguida que a mesma ficaria preparada e apresentada pelo actual Executivo. Esta lei deverá criar condições para a existência de «solidariedade na disciplina e no rigor entre subsectores do SPA».

Outra das áreas consideradas fundamentais pelo titular da pasta das Finanças é a consolidação do sistema de controlo da despesa pública.

Oliveira Martins frisou a urgência de uma simplificação e estabilização do sistema fiscal, através de um «Código Único do Imposto sobre o Rendimento» e com o aumento da base tributária, visando o desagravamento da tributação sobre o trabalho e sobre as empresas geradoras de emprego e riqueza.

## PARLAMENTO

### PRÉ-DISSOLUÇÃO PRECIPITA FIM DAS SESSÕES PLENÁRIAS



A conferência de líderes parlamentares decidiu não marcar mais sessões plenárias da Assembleia da República face à iminente dissolução do Parlamento pelo Presidente da República.

A decisão foi tomada, no dia 7, pelos partidos e na sequência de uma declaração do presidente do Parlamento, Almeida Santos, de que qualquer iniciativa no sentido de marcação de plenários teria que ser tomada por consenso, uma vez que se vive um período de pré-dissolução.

Em princípio, poderiam ocorrer três plenários durante esta semana, já que se prevê que o decreto presidencial de dissolução do Parlamento seja publicado na próxima semana.

O PSD propôs que estas três reuniões fossem realizadas, avançando com a discussão da Conta do Estado de 1999 e matérias relativas às regiões autónomas, bem como a utilização do período de antes da ordem do dia, mas a proposta não obteve consenso.

«A conferência de líderes processou-se sob o clima da dissolução e não faria sentido estar com tentativas de imposição» de agendamento, disse o porta-voz da conferência, o deputado socialista Artur Penedos.

À ausência de legitimidade para se forçar uma agenda para plenários, juntou-se, segundo Artur Penedos, o efeito de incompreensão que se poderia criar junto da opinião pública face a um parlamento reunindo em plenário quando já tem a dissolução anunciada.

O fim dos plenários significa que, entre outras matérias, não serão eleitos os representantes do Parlamento na comissão que vai estudar os efeitos na sinistralidade da redução de 0,5 para 0,2 do teor de álcool no sangue para efeitos de condução.

Apesar de não voltar a reunir em plenário, a Assembleia da República mantém ainda a actividade das suas diversas comissões, tendo realizado, terça-feira, uma reunião da comissão de inquérito sobre Camarate, que contou com a presença do advogado Ricardo Sá Fernandes, que recentemente publicou um livro onde alega constarem novos dados sobre o desastre aéreo que em 1980 vitimou o ex-primeiro-ministro Sá Carneiro e o ex-ministro da Defesa Amaro da Costa.

Perante o cenário de dissolução, a conferência de líderes marcou para 23 de Janeiro a primeira reunião da comissão permanente da Assembleia da República, um órgão constituído por cerca de quatro dezenas de deputados, que se mantém em funções até à tomada de posse da nova câmara. Esta comissão tem como funções o acompanhamento e a fiscalização da actividade do Governo, sendo no seu âmbito que se processam as declarações políticas e se realizam os debates de urgência.

## REUNIÃO DE 27 DE DEZEMBRO

### CONSELHO DE MINISTROS

**O Conselho de Ministros, na reunião do dia 27, que decorreu na residência oficial do primeiro-ministro, aprovou o seguinte conjunto de diplomas:**

- Uma resolução que ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Albufeira, de 29 de Março de 2001, que aprovou o regulamento de organização e de funcionamento da polícia municipal e o respectivo quadro de pessoal e aprova o contrato-programa a celebrar entre o Governo e o município;
- Uma resolução que ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Boticas, de 25 de Setembro de 2000, que aprovou o regulamento de organização e de funcionamento da polícia municipal e o respectivo quadro de pessoal e aprova o contrato-programa a celebrar entre o Governo e o município;
- Uma resolução que ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto, de 30 de Junho de 1999, que aprovou o regulamento de organização e de funcionamento da polícia municipal e o respectivo quadro de pessoal e aprova o contrato-programa a celebrar entre o Governo e o município;
- Uma resolução que ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, de 9 de Dezembro de 2000, que aprovou o regulamento de organização e de funcionamento da polícia municipal e o respectivo quadro de pessoal e aprova o contrato-programa a celebrar entre o Governo e o município;
- Uma resolução que ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Fafe, de 30 de Junho de 2000, que aprovou o regulamento de organização e de funcionamento da polícia municipal e o respectivo quadro de pessoal e aprova o contrato-programa a celebrar entre o Governo e o município;
- Uma resolução que ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Felgueiras, de 19 de Junho de 2000, que aprovou o regulamento de organização e de funcionamento da polícia municipal e o respectivo quadro de pessoal e aprova o contrato-programa a celebrar entre o Governo e o município;
- Uma resolução que ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Figueira da Foz, de 7 de Julho de 2000, que aprovou o regulamento de organização e de funcionamento da polícia municipal e o respectivo quadro de pessoal e aprova o contrato-programa a celebrar entre o Governo e o município;
- Uma resolução que ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Loulé, de 10 de Novembro de 2000, que aprovou o regulamento de organização e de funcionamento da polícia municipal e o respectivo quadro de pessoal e aprova o contrato-programa a celebrar entre o Governo e o município;
- Uma resolução que ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Lousada, de 24 de Novembro de 2000, que aprovou o regulamento de organização e de funcionamento da polícia municipal e o respectivo quadro de pessoal e aprova o contrato-programa a celebrar entre o Governo e o município;
- Uma resolução que ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, de 3 de Julho de 2000, que aprovou o regulamento de organização e de funcionamento da polícia municipal e o respectivo quadro de pessoal e aprova o contrato-programa a celebrar entre o Governo e o município.



O anúncio foi feito, na passada segunda-feira, dia 7, em Lisboa, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, que falava no final de duas horas de conversações com a sua homóloga japonesa, Makiko Tanaka.

Gama precisou que Lisboa e Tóquio concordaram, no âmbito da actual presidência portuguesa da OSCE, em reforçar a sua cooperação «na luta contra o terrorismo internacional e o extremismo político na Ásia Central».

Também a nível da União Europeia, haverá um relançamento «cada vez mais activo» da cooperação nos sectores do comércio e dos investimentos, acrescentou Jaime Gama.

No âmbito da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), cuja presidência anual Portugal acaba de assumir, o Japão e Portugal vão cooperar na luta contra o terrorismo internacional e na resolução dos conflitos da Ásia Central, juntamente com os outros dois parceiros asiáticos que cooperam com a OSCE, Coreia do Sul e Tailândia, assinalou ainda o chefe da diplomacia portuguesa.

Tanaka, por seu turno, anunciou a concessão de uma ajuda a Timor-Leste, no valor de 100 milhões de dólares (112,4 milhões de euros) nos próximos três anos.

Segundo a ministra, também a reconstrução do Afeganistão será contemplada por um pacote de ajuda nipónico.

Neste segundo âmbito, Tanaka convidou o Governo português a enviar «um representante de alto nível» à próxima conferência de doadores para o Afeganistão, que se realiza a 21 e 22 em Tóquio.

Gama confirmou que Portugal irá, decerto, estar presente, embora não tivesse avançado um nome. Tanaka, que é o primeiro representante da diplomacia japonesa a visitar Portugal em mais de 450 anos de relacionamento entre os dois povos, realçou a importância desta sua visita para o estreitamento das relações entre Portugal e o Japão.

Também Gama destacou o facto de esta ser a primeira visita a Portugal de um chefe da diplomacia japonesa.

«É a primeira vez em cinco séculos – disse – que um ministro dos Negócios Estrangeiros japonês visita Portugal. É uma visita histórica».

A nível bilateral, augurou Gama, esta visita irá contribuir para que as relações multisseculares entre o Japão e Portugal conheçam um novo impulso em áreas modernas como a ciência e tecnologia, na cultura e na cooperação internacional.

#### Soldados japoneses para Timor-Leste

No rescaldo da visita oficial inédita de um

#### PORTUGAL/JAPÃO

## COOPERAÇÃO REFORÇADA

Portugal e o Japão vão reforçar a sua cooperação em várias partes do mundo, nomeadamente em África e Timor-Leste, e na luta contra o terrorismo.

chefe da diplomacia de Tóquio a Portugal foi revelado que um contingente de 700 soldados japoneses, destinado a operações de reconstrução de estradas e pontes em Timor-Leste, parte em Março para o território e será integrada na Administração Provisória das Nações Unidas (UNTAET).

Os soldados japoneses pertencem a uma unidade de engenharia e, além da reconstrução das infra-estruturas, deverão prestar apoio logístico.

Confrontado com uma potencial reacção hostil de velhos timorenses, estigmatizados pelos desmandos nipónicos durante a II Guerra Mundial, um porta-voz ministerial japonês admitiu que «em diversos países asiáticos ainda há ressentimento popular». «Tóquio está consciente desta situação», afirmou, para precisar que, depois do conflito mundial, o Japão renasceu com uma «política pacifista», cimentada na «promessa de nunca mais voltar a fazer a guerra».

Independentemente do estacionamento deste contingente em Timor-Leste, o território vai beneficiar de fundos de garantia para o desenvolvimento outorgados por Tóquio no montante de 100 milhões de dólares (111 milhões de euros), escalonados a três anos.

O porta-voz explicou que Tóquio aprovou recentemente legislação que permite o envolvimento de soldados japoneses, mas exclusivamente em operações logísticas, visto continuar interdita, por imposição da Constituição de 1946, qualquer participação com recurso ao uso da força armada.

A promessa de ajuda ao desenvolvimento dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

(PALOP) – S.Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique – tão pouco foi esquecida pelos japoneses, no quadro de uma investida, por ora diplomática e sem ambições político-económicas, no continente sub-saariano.

#### Lanchas portuguesas para fiscalização do mar timorense

Entretanto, o ministro da Defesa, Rui Pena, desloca-se a Timor-Leste, no próximo dia 12, para assistir à inauguração da componente naval deste território, acto durante o qual o governante fará entrega de duas lanchas de fiscalização portuguesas às autoridades marítimas mauberes.

As duas lanchas da classe Albatroz – que serão baptizadas como «Oécusse» e «Ataúro» – chegaram a Timor em Dezembro último e estiveram a ser testadas por guarnições mistas de marinheiros portugueses e timorenses.

Os treinos decorrerão até 20 de Maio, data prevista para a independência do futuro país.

Segundo um comunicado da Marinha portuguesa, a cooperação militar com Timor-Leste inclui ainda a assessoria naval para apoio de acções de recrutamento, selecção e formação de pessoal nas várias especialidades; o desenho dos Planos de Treino de Segurança e Operacional; a criação de uma oficina naval; a cedência e aplicação de sobressalentes e condições de manutenção para um período de dois anos e a apresentação de propostas sobre regulamentos militares.

#### AMBIENTE

## O FIM DAS LIXEIRAS

Não existe já em Portugal lixo depositado a céu aberto. As 341 lixeiras nacionais estão desactivadas, sendo os resíduos sólidos urbanos encaminhados para aterros, conforme garantiu Dulce Pássaro, presidente do Instituto de Resíduos (IR).

«A desactivação de todas as lixeiras até ao final de 2001, prometida pelo Ministério do Ambiente, foi cumprida, disse a responsável.

O encerramento e desactivação das lixeiras, um processo que começou em meados da década de 90, bem como a construção dos 42 aterros sanitários existentes no País, das duas incinerações, cinco compostagens e estações de transferência implicaram um investimento público na ordem dos 200 milhões de contos (cerca de 997,5 milhões de euros).

Segundo a presidente do IR, ainda serão

investidos nesta área da política ambiental 60 milhões de contos (cerca de 299 milhões de euros), verba destinada à construção de mais unidades de compostagem.

Depois de uma dura luta travada pela equipa do ministro José Sócrates, a aposta do da tutela do Ambiente foi ganha e reconhecida como positiva.

#### Ambientalistas aplaudem

A Quercus apontou recentemente o fim das lixeiras portuguesas como uma das iniciativas positivas da política governamental para o Ambiente.

Três dias antes do fim de 2001, a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza apresentou uma listagem dos acontecimentos ambientais positivos e negativos ocorridos em



2001 e ainda das maiores ameaças que impendem sobre o ambiente em Portugal.

Entre os melhores factos ambientais do ano passado, a associação apresenta o encerramento das lixeiras e a construção de novos aterros sanitários, bem como a aprovação da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da

Biodiversidade (ENCNB), 14 anos depois da aprovação da lei de bases.

A criação do Plano Nacional da Água e os Planos de Bacia Hidrográfica e a nova legislação de protecção dos montados de sobre e azinho são os restantes factos ambientais apontados pela Quercus como positivos.

## MENSAGEM DE ANO NOVO

# SAMPAIO QUER DEBATE VIVO E ESCLARECEDOR

Para Sampaio, as questões decisivas são hoje as que dizem respeito «à operacionalidade dos sistemas de segurança externa e interna do país, ao combate ao tráfico de droga, à celeridade da justiça, à competitividade da nossa economia, à equidade do nosso sistema fiscal, à solidez das nossas finanças públicas». Igualmente decisivas para Sampaio são as questões referentes «à diminuição das desigualdades entre regiões, à descentralização administrativa, à eficiência do Serviço Nacional de Saúde; sem esquecer a qualidade do ensino e formação, a sustentabilidade da Segurança Social, o combate à exclusão social, a diminuição dos acidentes de trabalho e a integração de imigrantes estrangeiros». Importa, pois, segundo sublinhou o chefe de Estado, «que o debate político, no qual se baseiam as escolhas do eleitorado, se concentre numa agenda realista e se debruce sobre os temas de que depende o presente e o futuro de Portugal e dos portugueses».

O debate político deve contribuir para se «ganhar iniciativa reformadora que dignifique o Estado, reforçando a sua autoridade», combatendo assim «o laxismo e o desleixo, substituindo-os por uma cultura de exigência e dinamismo», sustentou Sampaio.

Na sua mensagem proferida no primeiro dia da introdução física das notas e moedas do euro em Portugal e em mais 11 Estados-membros da União Europeia, esta data histórica no processo de construção europeia foi classificada por



Sampaio como «um acontecimento da maior importância económica e política para o futuro da Europa e de Portugal».

Depois de lembrar que «Portugal conseguiu realizar as condições necessárias para estar presente hoje no grupo mais avançado da integração europeia e poder beneficiar das vantagens que o euro proporciona», o chefe de Estado alertou que para «proveitarmos essas vantagens é necessário estar atento às transformações estruturais da economia

portuguesa, que não podem ser adiadas».

## Projecto mobilizador colectivo

Efectivada a integração na União Europeia, conseguido o euro, Sampaio considerou que a aproximação da nossa economia com as economias do Norte da Europa é «o objectivo mais ambicioso que Portugal tem pela frente e do qual, em caso algum, poderá desistir». «Acredito neste projecto mobilizador

Na tradicional mensagem de Ano Novo, transmitida pela RTP e RDP, o Presidente da República, Jorge Sampaio, frisou que «a vitalidade da nossa democracia terá de alimentar-se do debate vivo, esclarecedor, plural», que se «afaste do acessório e se agarre ao essencial, que confronte propostas e que aprecie a sua consistência, permitindo perceber o elenco de prioridades de cada uma das alternativas».

colectivo», disse o Presidente da República, sublinhando que com ele «Portugal e os portugueses superar-se-ão a si próprios, vencerão atrasos, ultrapassarão obstáculos». «Essa é a conclusão da experiência da nossa história», frisou.

«Não duvido da nossa capacidade de enfrentar a situação presente», disse, alertando, no entanto, que «para vencermos as nossas dificuldades é necessário, porém, que não as minimizemos».

Em relação a 2001, o presidente lembrou, no plano nacional a tragédia de Entre-os-Rios e internacionalmente os atentados de 11 de Setembro e a crise que se seguiu, para afirmar que as «questões decisivas» para Portugal passam pela «operacionalidade dos sistemas de segurança externa e interna do País» e pela «diminuição das desigualdades entre as regiões».

Os valores da liberdade, da democracia e da solidariedade «têm que ser permanentemente acautelados com uma exigência que ainda há bem pouco tempo talvez não julgássemos tão crucial», sublinhou.

J. C. CASTELO BRANCO

O combate ao terrorismo vai ser a prioridade da presidência portuguesa da OSCE, durante a qual Lisboa pretende lançar as linhas-mestras de uma Carta Europeia contra este flagelo.

Lisboa apresentou a candidatura à Organização para a Segurança e Cooperação na Europa em 1997 e obteve consensualmente luz verde em Viena (2000) para um mandato anual em que o chefe da diplomacia lusa estabeleceu cinco grandes linhas de acção.

São elas o reforço do diálogo político da OSCE, o desenvolvimento equilibrado das suas dimensões humana, económico-ambiental e político-militar, a dinamização dos vectores de prevenção de crises, resolução pacífica de conflitos e reabilitação pós-conflito («institution building»).

Acréscio a operacionalidade do conceito da Plataforma de Segurança Cooperativa e a promoção do papel da organização face ao terrorismo, extremismo violento, xenofobia e intolerância.

A consolidação e melhoria no funcionamento e capacidade da OSCE, o fomento da cooperação com outras áreas geográficas (Mediterrâneo e Ásia) e uma maior visibilidade pela sociedade civil são outras apostas da presidência portuguesa.

Do calendário de eventos, que culminam num

## OSCE

# COMBATE AO TERRORISMO É PRIORIDADE DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA



concelho ministerial previsto para 4 e 5 de Dezembro, no edifício da Alfândega, Porto, destaque para a nomeação, já na primeira quinzena de Janeiro, de um representante especial da OSCE para o terrorismo.

A capital portuguesa também vai ser palco de uma grande reunião internacional sobre esta matéria, ainda sem data fixada, que contará com as participações dos presidentes e secretários-gerais das principais organizações do mundo.

Em paralelo, a presidência portuguesa quer lançar as linhas-mestras de uma Carta Europeia Contra o Terrorismo.

Cumulativamente, Portugal detém em 2002 a presidência dos Parceiros Mediterrânicos para a Cooperação com a OSCE, grupo formado por Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto, Jordânia e Israel.





## EURO

# PORTUGAL NO CENTRO DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA

«E sobre o euro fundaremos a nova Europa»

ANTÓNIO GUTERRES

Os 10 milhões de portugueses estão entre os 300 milhões de cidadãos europeus que utilizam o euro, a moeda única europeia, desde 1 de Janeiro de 2002.

Com a entrada em circulação do euro em doze países independentes e soberanos que decidiram livre e pacificamente substituir as suas moedas pelo euro, foi dado um passo de gigante na construção europeia.

Portugal, um dos países fundadores da moeda única, está no centro das decisões tomadas no Velho Continente, graças à acção dos governos

do PS que cumpriram o «pacto de estabilidade e crescimento», aprovado na cimeira de Dublin, que comprometia os países do euro a seguirem políticas de estrito rigor orçamental.

Contra a opinião de muitos analistas conotados com a oposição de direita, os governos de António Guterres cumpriram os apertados critérios de convergência, mantendo ao mesmo tempo elevados níveis de crescimento económico.

Até à nossa entrada no euro um longo caminho foi percorrido: tudo começou em 1976, quando o então primeiro-ministro, Mário Soares, aponta como prioridade a nossa integração europeia, através do pedido de adesão à então Comunidade Económica Europeia.

Em 1995, com pompa e circunstância, numa cerimónia histórica realizada no mosteiro dos Jerónimos, Mário Soares, chefe do Governo PS/PSD, põe a sua assinatura no tratado de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Com os governos de Guterres entramos no núcleo fundador da moeda única.

O euro nasceu de facto há três anos, a 1 de Janeiro de 1999, quando as moedas dos países participantes na divisa única passaram a valer sempre o mesmo entre si e a ter uma determinada cotação fixa face à nova moeda europeia.

Para evitar uma mudança abrupta no quotidiano dos cidadãos da nova Zona Euro, os governantes europeus optaram por dar-lhes

«Sem o euro a Europa correria riscos»

ANTÓNIO GUTERRES

«O que tem de ser tem muita força e o euro é um factor extraordinário de estabilidade económica e de força económica - não digo política - da Europa, no quadro internacional e de melhoria de competitividade das empresas europeias e das condições de vida dos europeus»

IDEM

«O euro é um salto qualitativo, cujas consequências não sou capaz de descrever em pormenor, mas é impossível negar que se trata de um importante passo em frente, um enorme apoio para o projecto de integração europeia»

JACQUES DELORS

«Tal como os Beatles dizem na canção "Hello Goodbye", não sei porque dizem adeus, eu digo olá!»

GERHARD SCHROEDER

algun tempo para se adaptarem à ideia de uma mudança histórica com consequências práticas no seu dia-a-dia, decidindo que a divisa única só chegaria às suas mãos e bolsos, sob a forma de notas e moedas, três anos depois, ou seja, no dia 1 de Janeiro de 2002.

Embora a prosperidade e o bem-estar dos cidadãos europeus sejam oficialmente apontados como objectivos do euro, a criação da mais importante união monetária da história é - estimam observadores - a etapa mais ousada de um processo de integração cuja grande finalidade política é manter a paz e a estabilidade no Velho Continente.

J. C. C. B.



## PARLAMENTO EUROPEU

### MARIA CARRILHO AUTORA DO RELATÓRIO SOBRE COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA

A eurodeputada socialista Maria Carrilho será a autora do relatório da Comissão de Desenvolvimento do PE sobre as alterações do regulamento que disciplina a política de cooperação descentralizada da União Europeia (UE).

Este diploma, de 1998, só é válido até ao final deste ano, pelo que importará a sua prorrogação até 2003, por forma a que sejam mantidos os apoios aos agentes não estatais dos países com os quais a UE coopera.

O objectivo é o de assegurar as condições que permitam a estes agentes participar plenamente na planificação das estratégias e na realização dos programas de cooperação de iniciativa europeia.



CULTURA

LISBOA

## NOVOS ESPAÇOS PARA REDE DE BIBLIOTECAS



A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas vai contar com 16 novos espaços em 2002, que se juntarão às 18 inauguradas este ano, anunciou o Ministério da Cultura.

Falando à margem da inauguração da Biblioteca Sophia de Mello Breyner Andersen, em Loulé, o secretário de Estado da Cultura precisou que no ano que agora finda foram também assinados 11 contratos-programa para aquele tipo de equipamentos e que se encontram em análise processos referentes a outros 18 concelhos.

No próximo ano, se tudo decorrer como está previsto, assinar-se-ão de 16 a 18 contratos-programa. A Biblioteca inaugurada no passado dia 29 de Dezembro, em Loulé, é o 107º espaço congénere inaugurado desde o início da Rede, em 1986, especificou José Conde Rodrigues, que presidiu à cerimónia.

O governante sublinhou a importância daqueles espaços como agregadores de vários tipos de acções e suportes culturais – não apenas livros – «para quebrar o individualismo e o egoísmo que marcam as sociedades modernas».

«Cada uma destas novas bibliotecas traz dez vezes mais pessoas para o seu convívio do que a antiga que vai substituir», disse.

A cerimónia inaugural da Biblioteca Sophia de Mello Breyner Andersen contou com a presença de várias entidades ligadas à cultura do concelho de Loulé e do Algarve, entre as quais a escritora Lídia Jorge, que usou da palavra para elogiar o legado de Sophia de Mello Breyner Andersen às novas gerações e à cultura portuguesa.

A nova biblioteca, construída num edifício de raiz da autoria do arquitecto António Correia, conta com um fundo documental superior a 28 mil títulos e obrigou a um investimento da ordem dos 400 mil contos (2 milhões de euros).

Este espaço, criado ao abrigo de um protocolo assinado em 1999, disporá no futuro de uma galeria de retratos a óleo de personalidades literárias de Loulé e do Algarve, como os poetas Casimiro de Brito, Nuno Júdice e Gastão Cruz, a romancista Lídia Jorge e a erudita Aliete Galhoz.

PORTO

## AUTARQUIA CEDE TERRENO PARA CONSERVATÓRIO DE MÚSICA

A Câmara Municipal do Porto cedeu ao Ministério da Educação um terreno de 950 metros quadrados, junto à Casa da Música, para edificação das futuras instalações do Conservatório de Música da cidade.

O protocolo de cedência do terreno, assinado, no dia 2, pelo presidente cessante da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, e pelo director regional de Educação do Norte, Mário Martins, surge na sequência de uma decisão tomada por unanimidade pelo executivo camarário em 30 de Outubro de 2001.

O Conservatório de Música do Porto está instalado num imóvel centenário situado junto à Maternidade Júlio Dinis, que será cedido à autarquia quando a escola for transferida para o novo edifício, a construir nos próximos anos.

O acordo estabelece também o compromisso da edilidade portuense de executar, a expensas próprias, os acessos e infra-estruturas urbanísticas da futura escola, que ficará situada na Rua dos Vanzeleros, nas traseiras da Casa da Música, em construção.



## NAVIO-LIVRARIA ATRACADO NO CAIS DE SANTA APOLÓNIA

Uma livraria flutuante com mais de quatro mil livros e cd's está desde o início do ano «atracada» no Cais de Santa Apolónia, em Lisboa, onde deverá ficar até ao fim do corrente mês.

A proa do navio «Logos II», onde vivem temporariamente 200 pessoas, foi o espaço escolhido pela tripulação multiétnica para instalar a livraria, aberta ao público entre as 11 e as 23 horas.

Logo à entrada da embarcação estão expostos centenas de cd's, a preços acessíveis e um pouco mais à frente surgem os livros organizados por temas.

Entrar no navio custa 0,50 euros (100 escudos) e a tripulação recebe com um sorriso quem quer apenas dar uma vista de olhos pelos livros arrumados nas dezenas de estantes ou tomar uma bebida no Café Internacional.

A tripulação é composta por jovens voluntários oriundos de mais de 40 países que percorrem o mundo no «Logos II», agora atracado junto ao Jardim do Tabaco.

O navio/livraria é «uma vila flutuante», diz Serafim Baptista, director em Portugal da Operação Mobilização, organização responsável pela iniciativa.

Serafim Baptista chama-lhe «vila» porque na embarcação existe um pouco de tudo, desde a farmácia à escola, desde médicos a engenheiros mecânicos.

Ao lado dos que decidiram embarcar nesta aventura sozinhos vivem famílias completas. É no navio que as crianças estudam e fazem os seus amigos.

«Existem várias famílias que vivem a bordo e as crianças estudam aqui dentro. Como há pessoas de todos os cantos do mundo, falamos em inglês e as aulas das crianças também são ministradas em inglês», disse Eloá Silva, natural do Brasil, uma das tripulantes que embarcou no «Logos II» por dois anos, com o marido.

«O navio tem tudo o que é necessário para se viver bem», frisa Serafim Baptista. Talvez por isso, alguns dos tripulantes acabem por ficar mais tempo do que inicialmente previam.

A finalidade da embarcação é promover a leitura, «mobilizar as pessoas para ajudarem outras a apoiar povos com dificuldades», explicou o responsável.

Segundo Baptista, a ajuda humanitária da Operação Mobilização é proporcionada através da doação de livros, construção de bibliotecas, hospitais e creches em várias partes do mundo.

CCB 2002

## APOSTA NA DIVERSIDADE COM CINEMA COMO NOVIDADE



O cinema integra pela primeira vez em 2002 a programação do Centro Cultural de Belém (CCB), a ópera regressa «pela porta grande» e nos domínios da Dança e da Música nascem os projectos «Box Nova» e «Invenções».

Sob o signo da multiculturalidade, do diálogo e da internacionalização, a instituição reforça a sua aposta na conjugação entre «qualidade elevada» e uma «espantosa quantidade» de eventos diariamente disponíveis e dirigidos a um público muito heterogéneo.

Parcerias, co-produções, incentivo aos jovens criadores e destaque aos nomes consagrados, portugueses e estrangeiros, são elementos com peso nesta fórmula onde cabem também acontecimentos de grande impacto popular, como as Festas da Primavera (24 de Março) e da Música (3, 4 e 5 de Maio, este ano dedicada a Haydn e Mozart).

A oferta cultural do CCB para os próximos 12 meses foi divulgada terça-feira, em Lisboa, em conferência de imprensa que contou com as presenças do ministro da Cultura, Augusto Santos Silva e do administrador responsável pela programação cultural, Francisco da Motta Veiga.

Conforme foi sublinhado pelos responsáveis, a programação reflecte uma vez mais as opções de uma instituição que tem um «projecto cultural» e que deliberadamente se recusa a ser um mero espaço de acolhimento de propostas artísticas.

Nas palavras do ministro, «assim se insiste na natureza da missão do CCB», uma fundação de «serviço e utilidade pública» que constituiu um «modelo feliz» no panorama actual, nomeadamente porque em lugar de «dependências» em relação às estruturas estatais foi capaz de criar uma «concertação».

## UM NOVO FÔLEGO PARA O PS

No artigo de opinião «Quem perde, ganha?» do «DN» do dia 18, o meu amigo e camarada professor José Medeiros Ferreira, dirigente do PS, defende algumas ideias de que me permito francamente discordar. Diz que o pedido de demissão de António Guterres na noite das eleições teve «todas as virtudes da arte ofensiva: surpreendeu o adversário, emudeceu os críticos, e coloca-o numa nova posição de combate». Foi com manifesta satisfação que os dirigentes dos partidos da oposição receberam a notícia. Se António Guterres tivesse procurado cultivar «a arte da ofensiva e da defensiva» teria, em vez da demissão imediata, aceite a «moção de confiança». Os dirigentes da oposição ficariam, no mínimo, um pouco mais atrapalhados e o PS teria mais tempo para se preparar e adaptar a nova situação. A Guterres ficou muito bem ter reconhecido a derrota na noite das eleições, mas a demissão imediata ampliou-a. Vemos, agora, ministros a dizer na televisão que a derrota não foi muito grande dado o PS e o PSD terem tido quase o mesmo número de votos. Os ouvintes interrogam-se: «Se a derrota não foi assim tão grande, então porque é que o governo se demitiu imediatamente?». Dei-me ao trabalho de contar: em 99 concelhos, cerca de um terço, o PS teve mais votos nesta eleição do que na de 1997. A nível nacional, a derrota do PS não foi excepcionalmente grande.

António Guterres não actuou como um político astucioso e calculista. Não foi um cultor da «arte ofensiva e defensiva (da guerra)» não merecendo, portanto, o elogio que lhe fez Medeiros Ferreira. Foi, simplesmente, um homem que agiu em conformidade com o que intimamente sentia. Nunca se sabe se, a prazo, estas atitudes, «pouco políticas» mas «de verdade», são compensadoras ou não. De qualquer modo, neste momento, António Guterres não parece ocupar «nenhuma nova posição de combate».

As eleições são certas, o assunto está ultrapassado e não interessa discutir o que teria sido mais convenientes para o PS e para o país, se a «demissão imediata» se a «moção de censura». O que interessa agora é pensar no futuro imediato.

Medeiros Ferreira faz um apelo a uma série de personalidades, todas elas articulistas dos jornais, para «descerem à arena do combate político pela esquerda abandonada». Nem comento o conceito de «esquerda abandonada», mas pergunto o que é que lhes pede M.F para fazerem, para além de escreverem para os jornais, que é o que fazem desde há anos? É para aderirem ao PS, de onde alguns saíram, agora que o PS está em baixo? Se é para juntarem às suas finas análises um espírito de tutela, será confrangedor.

O PS não precisa de amparo. Precisa, pura e simplesmente, de um Congresso em que as suas correntes internas se possam exprimir e em que seja eleita uma nova Comissão Nacional. O secretário-geral pode ser eleito em simultâneo com a eleição dos delegados ao Congresso, como está previsto nos Estatutos actuais, ou ser eleito pelos delegados no próprio Congresso, se se preferir esta alteração que poderá ser conveniente no momento actual. (A eleição prévia, com o risco de um candidato único, pode ser desmobilizadora. Se o secretário-geral for eleito no próprio Congresso, só nesse dia serão formalizadas as candidaturas. Há personalidades que poderão vir a aceitar se virem o entusiasmo criado pela dinâmica do Congresso).

A escolha do «candidato a primeiro ministro», que poderá ser, ou não, o secretário-geral, poderá ser feita no Congresso, ou remetida para a Comissão Nacional que deverá elaborar e aprovar o programa de Governo.

Este programa deverá, naturalmente, ser feito com base numa síntese das propostas apresentadas

sob a forma de moções pelas diferentes correntes que elegeram delegados.

Só um Congresso pode dar um novo fôlego ao PS. Só o Congresso lhe pode permitir, neste momento, reunir e congregar os esforços de todas as suas correntes internas, aproveitar todos os seus valores, e criar uma dinâmica que lhe permita ser vencedor nas próximas eleições. Se o PS conseguir, no próximo Congresso, eleger pela primeira vez desde há vários anos, uma Comissão Nacional sem ser por lista única, dará um passo fundamental no sentido da sua renovação e maior democracia interna. Aprove-me a dizer que isto será muito importante para o PS e para o país.

Um Congresso antes das eleições é difícil, mas não impossível. Segundo os actuais Estatutos, os Congressos devem ser convocados com 60 dias de antecedência, mas a Comissão Nacional tem competência, não estatutária, mas por delegação conferida no último Congresso, para alterar os Estatutos. Pode, portanto, alterar os prazos. O actual Presidente da República é suficientemente democrata para compreender que, na actual circunstância, deve ser dada a todos os partidos a possibilidade de realizarem um congresso antes das eleições.

Só não haverá um Congresso do PS antes das eleições, se os actuais órgãos dirigentes nacionais o não quiserem. Cometerão um erro total em não aceitar a eleição de uma nova Comissão Nacional e ao escolher um novo secretário-geral mas mantendo todos os outros órgãos que têm sido responsáveis pelo funcionamento do PS e, numa larga medida, foram os verdadeiros derrotados nestas últimas eleições.

Jaime Gama, ou quaisquer outro dirigente do PS, que venha a ser «candidato a primeiro-ministro» sem um Congresso que mobilize as energias e dê um novo fôlego ao PS, marcha, inevitavelmente, em meu entender, para uma derrota.



ANTÓNIO BROTAS

1º subscritor da moção de orientação global "Socialismo em Democracia", apresentada no anterior Congresso do PS.

**Medeiros Ferreira faz um apelo a uma série de personalidades, todas elas articulistas dos jornais, para «descerem à arena do combate político pela esquerda abandonada». Nem comento o conceito de «esquerda abandonada», mas pergunto o que é que lhes pede M.F para fazerem, para além de escreverem para os jornais, que é o que fazem desde há anos?**

## ALGO ESTÁ ERRADO QUANDO, NAS AUTÁRQUICAS, SE AUTO-INDIGITA UM (CANDIDATO A) PRIMEIRO MINISTRO!

Deslumbrado pelos resultados das eleições autárquicas, o líder do partido que obteve o inesperado triunfo escasso da votação de 16 do mês passado, exhibe-se – agora e já! – como primeiro-ministro antecipado de um possível ex-futuro governo para Portugal.

Compreende-se, democraticamente, a euforia triunfalista de qualquer político profissional, iniciado na carreira tranquila de cidadão notável, prestigiado por um passado átono conveniente nas lides palacianas internacionais das Necessidades, há tanto tempo no sopé do poder...

Compreende-se, socialmente, a alegria incontinente de qualquer pessoa bafejada pela sorte! Todavia, certo tipo excessivo de manifestações (expectáveis, na infância e na adolescência), torna-se, no mínimo, suspeito, quando, precisamente se traduz em tanta incoerência prática e revela tão precipitada e superficial base racional, concentradas na incubadora de um estadista só!

Líder dum partido erodido e fragmentado pelas hesitações estratégicas de algum neocaciquismo oportunista, onde a esportividade e a sabotagem mental tendem a reconverter a desilusão cavaquista de há seis anos, o autointitulado líder da oposição aos Governos do PS de Guterres, D.B., sorridente espectador neutro ou resistente opositor passivo do Parlamento, antecipa-se no cenário artificial da política mediática e insinua a sua imagem pré-fabricada de ganhador nato, nos OCS's ainda abatidos pelo clima virtual das eleições perdidas do PS.

O geral descontentamento minoritário dos portugueses (demagogicamente expandido, em campanha) e a decepção transitória dos militantes socialistas, perante a reacção imprevisível – mas legítima – do primeiro-ministro eleito, António Guterres (o secretário-geral demissionário, que despediu provisória e simultaneamente o seu regime e o fantasma vivo das oposições), apenas correspondem a visões reductoras e minimalistas, para impedir outra perspectiva, inteligente (em valores absolutos e qualitativos), da realidade eleitoral próxima-futura, em clima de Legislativas antecipadas.

Os franco-atiradores autênticos e brilhantes das esquerdas desalinhas, o pseudo-esquerdismo duro de uma CDU ambigualmente afastada da actualidade, a convicção de *one show-man* demoliberal do PP/CDS, na óbvia desafinação dos seus discursos, bloquearam o eleitorado e sofreram o ricochete civilizado do mais surreal tiro político pós-80.

Assim, o ainda líder do maior partido da oposição beneficiou – virtualmente – dum inusitado efeito

de *boomerang*: Nem todas (mas quase!) as armas de arremesso antigovernamental, que utilizou, lhe vieram de retorno às mãos, traduzidas no relativismo e no absolutismo executivo de parte do Poder Local, num País paradoxalmente sem Regiões. E ele perceberá – dentro de escassos meses – que, a essas mesmas armas se colou, por simpatia, o veneno explosivo de múltiplas contradições e batotas.

...curiosamente, a obra municipal dos últimos quatro anos – sob a gestão governamental socialista – e a propaganda eleitoral de meses a fio, de Norte a Sul, demonstram com evidência e contrariam a pusilanidade dos coros desafinados que proclamaram, ou vaticinam a pobreza e a desgraça de um Estado que, a pulso, recuperou de uma intensa crise económica interna e demonstrou, com sacrifício e coragem, a vontade de enfrentar o incerto futuro do amanhã, num mundo imparável.

Partido de militância e cidadania, nós sabemos onde estamos, em Portugal, na Europa e no Mundo. Sentimos aquilo de que é capaz o Povo Português, após a euforia natural de todas as festas e vitórias triunfais. As nossas, sem remorso. E as dos outros, sem rancor.

JOSÉ-LUÍS FERREIRA

**O geral descontentamento minoritário dos portugueses (demagogicamente expandido, em campanha) e a decepção transitória dos militantes socialistas, perante a reacção imprevisível – mas legítima – do primeiro-ministro eleito, António Guterres, apenas correspondem a visões reductoras e minimalistas, para impedir outra perspectiva, inteligente (em valores absolutos e qualitativos), da realidade eleitoral próxima-futura, em clima de Legislativas antecipadas.**

# A SEMANA PREVISTA

SEG.

Provável dissolução da Assembleia da República pelo Presidente da República. Consultados os partidos políticos e ouvido o Conselho de Estado, o Presidente da República deve promulgar na próxima semana o decreto que dissolve a AR e marca eleições antecipadas.

TER.

No âmbito da campanha interna ao cargo de secretário-geral do PS, o candidato Ferro Rodrigues desloca-se a Torres Vedras, Évora, Beja, Faro, Elvas, Santarém, Setúbal, Lisboa, Leiria, Coimbra, Estarreja, Porto, Paredes de Coura, Braga, Vila Real, Bragança, Viseu, Castelo Branco e Guarda.

QUA.

Paulo Penedos tem previsto encontros com militantes da Guarda, Bragança, Braga, Porto, Lisboa, Leiria, Setúbal, Coimbra e Aveiro.

QUI.

Em Estrasburgo reúne-se o plenário do Parlamento Europeu que vai proceder à eleição do presidente e vice-presidentes para a segunda metade da legislatura do PE. Serão também eleitos os presidentes das comissões e delegações que compõem este parlamento. Na agenda de trabalhos consta a apresentação do programa da presidência espanhola da União Europeia que decorrerá nos próximos seis meses.

SEX.

SÁB.

DOM.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

Telefone da sede nacional  
21.3822000

Fax da sede nacional  
21.3822016

Telefone do grupo parlamentar  
na AR  
21.3919264

Telefone grupo parlamentar  
em Bruxelas  
003222842133

Fax do grupo parlamentar  
em Bruxelas  
003222846960

Telefone do grupo parlamentar  
em Estrasburgo  
0033388173647

Fax do grupo parlamentar  
em Estrasburgo  
0033388173648



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**  
Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**  
castelbranco@partido-socialista.pt  
**Mary Rodrigues**  
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**  
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao)  
E-mail [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)


Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**  
Restelo - 1400-091 Lisboa  
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**  
**Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa**

Distribuição **Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda.,**  
**Complexo CREL, Beta Vista, Rua Táscoa 47, Massamá, 2745 Queluz**



**Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**  
Junto envio o valor da assinatura

**Quero renovar a assinatura**  
Junto envio o valor da assinatura

Por favor remeter este cupão para:  
**Acção Socialista**  
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo  
1400-091 Lisboa

Cheque                       6 meses  
 Vale de correio               12 meses

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_ Código Postal \_\_\_\_\_

Assinaturas	6 meses 26 números	12 meses 52 números	
Continente	8,23 € 1.650\$00	16,21 € 3.250\$00	O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados
Regiões Autónomas	11,97 € 2.400\$00	22,94 € 4.600\$00	
Macau	22,94 € 4.600\$00	45,39 € 9.100\$00	
Europa	27,43 € 5.500\$00	53,87 € 10.800\$00	
Resto do Mundo	42,40 € 8.500\$00	82,80 € 16.600\$00	

